



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**PRECONCEITO RACIAL OU COMPETIÇÃO ECONÔMICA? A OPINIÃO
PÚBLICA SOBRE A VINDA DE ESTRANGEIROS PARA O BRASIL**

CÍNTIA SOARES RODRIGUES DOS SANTOS

**GOIÂNIA
2021**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

CÍNTIA SOARES RODRIGUES DOS SANTOS

3. Título do trabalho

PRECONCEITO RACIAL OU COMPETIÇÃO ECONÔMICA? A OPINIÃO PÚBLICA SOBRE A VINDA DE ESTRANGEIROS PARA O BRASIL

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Santos Mundim, Professor do Magistério Superior**, em 08/10/2021, às 18:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CINTIA SOARES RODRIGUES DOS SANTOS, Discente**, em 11/10/2021, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2408194** e o código CRC **721555F8**.

CÍNTIA SOARES RODRIGUES DOS SANTOS

**PRECONCEITO RACIAL OU COMPETIÇÃO ECONÔMICA? A OPINIÃO
PÚBLICA SOBRE A VINDA DE ESTRANGEIROS PARA O BRASIL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em
Ciência Política da Universidade Federal de Goiás,
como requisito parcial à obtenção do título de Mes-
tre em Ciência Política.

Área de concentração: Estudos Políticos Contempo-
râneos

Linha de pesquisa: Instituições e Comportamento
Político em Perspectiva Comparada

Orientador: Prof. Dr. Pedro Santos Mundim

GOIÂNIA
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Santos, Cíntia Soares Rodrigues dos
PRECONCEITO RACIAL OU COMPETIÇÃO ECONÔMICA?
[manuscrito] : A OPINIÃO PÚBLICA SOBRE A VINDA DE
ESTRANGEIROS PARA O BRASIL / Cíntia Soares Rodrigues dos
Santos. - 2021.
67 f.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Santos Mundim.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política, Goiânia, 2021.

Bibliografia.

Inclui siglas, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista
de tabelas.

1. Imigração. 2. Preconceito racial. 3. Preocupação econômica. 4.
Brasil. I. Mundim, Pedro Santos, orient. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 25 da sessão de Defesa de Dissertação de CÍNTIA SOARES RODRIGUES DOS SANTOS, que confere o título de Mestra em Ciência Política, área de concentração em Estudos Políticos Contemporâneos.

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, a partir das 14:00 horas, de forma virtual, endereço: meet.google.com/ghh-fjrx-rju, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “PRECONCEITO RACIAL OU COMPETIÇÃO ECONÔMICA? A OPINIÃO PÚBLICA SOBRE A VINDA DE ESTRANGEIROS PARA O BRASIL”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Pedro Santos Mundim (PPGCP/ FCS-UFG), com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Emerson Urizzi Cervi (UFPR), membro titular externo, e Professor Doutor Cristiano dos Santos Rodrigues (UFMG), membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Pedro Santos Mundim, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Santos Mundim, Professor do Magistério Superior**, em 16/09/2021, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EMERSON URIZZI CERVI, Usuário Externo**, em 22/09/2021, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano dos Santos Rodrigues, Usuário Externo**, em 23/09/2021, às 09:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2339566** e o código CRC **369BC099**.

AGRADECIMENTOS

O mestrado não foi uma jornada fácil, realizar uma dissertação em meio a um contexto de desmonte das universidades públicas, de ataques e tentativas de desacreditar a ciência brasileira, em somatório ao agravamento de um contexto pandêmico causado por um vírus ainda pouco conhecido, foi uma experiência bastante complicada e desafiadora e que não seria possível sem a ajuda de muitas pessoas. Por esse motivo, não poderia deixar de registrar os agradecimentos.

Primeiramente, é claro, a minha família, que até então não compreendia o que significa realizar uma pós-graduação e construir uma carreira acadêmica no Brasil, mas que nunca deixou de me apoiar e me incentivar nos momentos mais desestabilizadores, como quando estava com Covid-19 e depois quando precisava me recuperar das sequelas deixadas pelo vírus. Aos meus amigos e amigas da graduação, às minhas colegas do PPGCP, que unidas, conseguimos vencer as etapas mais difíceis. Ao meu professor de Ciência Política Brasileira, colega de linha de pesquisa, amigo e consultor de metodologia quantitativa Gabriel Bento Madeira agradeço a ajuda, críticas e conselhos.

Uma das figuras essenciais durante todo esse processo foi a presença de um bom orientador. Costumo dizer que a relação pesquisador-orientador determina como será a experiência acadêmica e este trabalho não seria possível sem essa relação. Conheci meu orientador, Pedro Santos Mundim, em 2015 ainda no primeiro ano de graduação, quando apresentei a ele uma ideia de pesquisa que eu tinha bastante convicção e ele acreditou durante seis anos de iniciação científica, grupos de pesquisa, trabalhos e inúmeros outros projetos. Tive a oportunidade de aprender de forma objetiva, teórica e metodológica e de ser realmente orientada, de maneira humana, paciente e dedicada, mas sem poupar críticas e as falhas das minhas pesquisas.

Além disso, não poderia deixar de agradecer as minhas colegas Luana Dias e Denise Paiva do grupo de pesquisa Mídia, Opinião Pública e Ciência Política da UFG com quem compartilhei conhecimentos, experiências, práticas e que tiveram o ânimo de aprender a operar diferentes ferramentas e *softwares*. As pesquisas de iniciação científica elaboradas por elas na graduação tiveram grande impacto nas escolhas encaminhadas aqui. Por último, agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg) em parceria com o Instituto Mauro Borges (IMB) por acreditarem no meu currículo, no meu mérito e no meu trabalho e pela oportunidade de participar de pesquisas de avaliação de políticas públicas, porque além do aprendizado que obtive durante o processo tive a oportunidade de dar retorno prático à sociedade e ao meu estado.

RESUMO

A dissertação discute como se comporta a opinião pública brasileira em relação à vinda de estrangeiros para o país a partir de duas importantes abordagens teóricas presentes na literatura: preconceito racial e competição econômica. A percepção sobre a vinda de estrangeiros é mensurada utilizando dados de um *survey* elaborado pela SECOM/PR em 2015 e as análises sugerem que ambas as dimensões estão presentes, embora as evidências da primeira sejam mais fortes, ou seja, os resultados apontam para a existência de uma seletividade na aceitação de estrangeiros considerando sua origem e sua raça. Ao observar que os estrangeiros de origem africana ou haitiana eram percebidos de maneira mais negativa, sugerem a existência de um preconceito racial e de origem na forma em que alguns grupos de imigrantes são categorizados e coloca em xeque a ideia de que estrangeiros são sempre bem-vindos e bem recebidos no Brasil. A probabilidade de se ver de maneira negativa a vinda de estrangeiros para o Brasil é maior quando eles são oriundos de países de população majoritariamente negra, como Haiti e países da África, em comparação com outros grupos, como latinos, asiáticos, europeus e americanos. Esse fato encontra respaldo na própria construção histórica e social do Brasil apresentada aqui. Um histórico que é marcado por uma herança escravagista e de subjugação da população negra.

Palavras-chave: Imigração; Preconceito racial; Preocupação econômica; Brasil.

ABSTRACT

The master thesis discusses how Brazilian public opinion behaves in relation to foreigners coming to the country. Specifically, it tests two important theoretical approaches present in the literature: racial prejudice and economic competition. The perception of the arrival of foreigners is measured using data from a survey prepared by SECOM/PR in 2015 and the analyzes suggest that both dimensions are present, although the evidence for the first is stronger, that is, the results point to the existence of a selectivity in the acceptance of foreigners considering their origin and race. When observing that foreigners of African or Haitian origin were perceived in a more negative way, they suggest the existence of racial and origin prejudice in the way in which some groups of immigrants are categorized and question the idea that foreigners are always welcome and well received in Brazil. The probability of negatively seeing the coming of foreigners to Brazil is greater when they come from countries with a predominantly black population, such as Haiti and countries in Africa, compared to other groups, such as Latinos, Asians, Europeans and Americans. This fact is supported by the historical and social construction of Brazil presented here. A history that is marked by a slavery and subjugation heritage of the black population

Keywords: Immigration; Racial prejudice; Economic competition; Brazil.

LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

PCB – Partido Comunista Brasileiro

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti

CONARE – Comitê Nacional para Refugiados

CNIg – Conselho Nacional de Imigração

SUS – Sistema Único de Saúde

PIB – Produto Interno Bruto

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

SECOM/PR – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quantidade de haitianos requerentes de asilo registrados pelas autoridades

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Determinantes da percepção sobre estrangeiros no Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – A OPINIÃO PÚBLICA SOBRE IMIGRANTES	16
1.1 A opinião pública sobre imigrantes nos Estados Unidos	16
1.1.1 Estudos econômicos sobre imigração	18
1.1.2 As variáveis econômicas individuais e estruturais.....	20
1.1.3 As ameaças culturais	22
1.1.4 A influência da mídia.....	23
1.2 A opinião pública sobre imigrantes e refugiados na Europa	24
1.2.1 O sentimento antimuçulmano	26
1.2.2 As preocupações econômicas	28
1.2.3 A ideologia e as preocupações humanitárias.....	30
CAPÍTULO II – A IMIGRAÇÃO PARA O BRASIL	32
2.1 Nacionalidades.....	32
2.2 Eugenia, política de branqueamento nacional e racismo.....	35
2.3 Cotas de imigração no governo Vargas	37
2.4 As recentes ondas de imigração para o Brasil	39
CAPÍTULO III: A OPINIÃO PÚBLICA SOBRE OS ESTRANGEIROS NO BRASIL.....	44
3.1 Preconceito racial x preocupações econômicas.....	44
3.2 Descrição das variáveis	46
3.2.1 A variável dependente	46
3.2.2 As variáveis independentes.....	47
3.2.3 Resultados do modelo e imigração seletiva	48
3.2.4 Idade, escolaridade e renda	52
3.2.5 Humor nacional.....	54
3.2.6 Mídia.....	55
3.2.7 Preconceito racial ou Preocupações econômicas?	55
CONCLUSÕES	57
REFERÊNCIAS	60

INTRODUÇÃO

Ao longo da sua história, o Brasil recebeu uma expressiva quantidade de estrangeiros, das mais diversas nacionalidades e em diferentes períodos e ondas imigratórias, que contribuíram para a construção de uma sociedade bastante miscigenada e marcada por um sincretismo cultural. Isso levou à edificação de um imaginário popular no qual o Brasil é um país que recepciona bem os estrangeiros, independentemente de sua origem, e que tensões raciais observadas em outros locais seriam menores, ou até mesmo inexistentes, no país. Ou seja, a ideia de harmonia racial.

Nesse contexto, a intenção deste trabalho é analisar como fatores econômicos e raciais impactam a receptividade dos brasileiros em relação aos estrangeiros que veem para o Brasil, um tema ainda pouco abordado no por aqui, mas bastante frequente na literatura internacional. Isso será feito a partir da análise de dados de opinião pública coletados pela Assessoria de Pesquisa de Opinião Pública da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR) em 2015, um período de grande fluxo da vinda de Haitianos para o Brasil.

A pesquisa também toca num tema bastante sensível para a sociedade brasileira, ao apresentar como um dos fatores centrais sobre o posicionamento da opinião pública nacional sobre imigração a questão do preconceito racial e de origem. De maneira mais específica, busca-se investigar a existência da seletividade na aceitação dos estrangeiros ao se levar em consideração seu país de origem e suas características fenotípicas, ao lado de outros fatores explicativos, por exemplo, a influência do cenário econômico.

Para abarcar todas as discussões citadas sobre o tema, a dissertação se organiza em três capítulos. No primeiro, são apresentadas discussões teóricas sobre opinião pública e imigração, estabelecendo as explicações fundamentais para analisar o caso brasileiro. Ao considerar essa necessidade de verificar o estado atual estabelecido nas teorias e pesquisas sobre o tema em outras localidades, discute-se a opinião pública sobre imigração em dois principais cenários: nos Estados Unidos e na Europa.

Foi encontrado que os fatores contextuais ou o “humor nacional” importam na avaliação da opinião pública sobre os imigrantes, principalmente em relação à economia, pois as percepções econômicas das pessoas são preditores de suas atitudes sobre imigração, considerando o papel de destaque que as preocupações econômicas representam para a opinião pública sobre estrangeiros no caso dos Estados Unidos e da Europa. Além disso, fatores como origem, raça e etnia são encontrados como aspectos de grande influência para a aceitação dos imigrantes. Em primeiro lugar, são mais bem-vindos imigrantes da mesma raça ou grupo étnico da maioria da

população do país, além de uma proximidade cultural e religiosa baseada em estereótipos e estigmas que sugerem uma escala de preferências reveladas.

Após estabelecer, com base na literatura, o preconceito racial e as preocupações econômicas como fatores fundamentais para a análise da opinião pública sobre imigrantes, o segundo capítulo resgata um pouco do histórico de imigração para o Brasil, ao mostrar como diferentes povos eram percebidos pela população local por meio da política de branqueamento nacional e na tentativa de construir um Brasil no padrão europeu. Diferentemente da imagem de um país acolhedor e multicultural, ao longo do tempo foram notáveis a seletividade e a diferenciação étnica na aceitação de estrangeiros no território nacional desde o início da formação da sociedade brasileira até a recente chegada dos imigrantes no país. Alguns trabalhos discutidos no segundo capítulo se ocuparam em demonstrar o mau tratamento, casos de xenofobia, discriminação e estigmas nos quais alguns grupos de imigrantes ainda enfrentam em seu dia a dia no Brasil, como é o exemplo dos haitianos.

O terceiro capítulo apresenta os dados e as análises empíricas da pesquisa no caso brasileiro. Trabalhou-se com uma base de dados única produzida Secom/PR em 2015, cujo questionário trouxe perguntas tanto sobre a percepção da vinda de estrangeiros para o Brasil, quanto sobre quem são os imigrantes que mais vinham para o país, na percepção dos entrevistados.

As análises mostraram que os estrangeiros de origem africana ou haitiana eram percebidos de maneira mais negativa pelos brasileiros. Esses resultados sugerem a existência de um preconceito racial e de origem na forma em que alguns grupos de imigrantes são categorizados e coloca em xeque a ideia de que estrangeiros são sempre bem-vindos e bem recebidos no Brasil. Também apontaram para o fato de que a vinda de estrangeiros de cor negra, vindos do Haiti ou de países africanos, são vistos de maneira mais negativa pelos brasileiros em comparação com pessoas de outras nacionalidades, como latinos, asiáticos, europeus e americanos.

Assim, é percebido um processo de discriminação que se relaciona diretamente com o tema analisado por meio da tendência histórica brasileira de aceitar facilmente imigrantes europeus ou norte-americanos, considerados como força de trabalho mais qualificada. Por outro lado, a recepção de imigrantes negros nas cidades brasileiras e a sua sociabilidade é dificultada em níveis de isolamento e distanciamento social e cultural, pois o fato de os estrangeiros serem de países mais pobres ou de maioria negra aumenta a probabilidade de rejeição.

Embora esse componente racional esteja presente, nossas análises também sugerem que fatores econômicos, como o medo da perda de emprego por conta da concorrência no mercado

de trabalho, aumentavam a probabilidade de rejeição. Entretanto, ainda se faz necessária a disponibilidade de dados mais robustos sobre a preocupação econômica dos brasileiros para investigar esse caminho.

De todo modo, a existência de um preconceito racial e de origem na forma como alguns grupos de estrangeiros são categorizados coloca em xeque a ideia de que imigrantes são sempre bem-vindos e bem recebidos no Brasil. Diferentemente da imagem de um país acolhedor e multicultural, a seletividade e a diferenciação étnica na aceitação de estrangeiros no território nacional desde o início da formação da sociedade brasileira mostra que tentativas de construir um Brasil com padrão europeu, um pensamento presente em políticas públicas eugenistas da primeira metade do século XX, continuam a gerar efeitos sociais perversos para alguns grupos de estrangeiros.

CAPÍTULO I – A OPINIÃO PÚBLICA SOBRE IMIGRANTES

No Brasil, pouco se ocupou da relação entre opinião pública e imigração, diferentemente da Europa e dos Estados Unidos, onde existe uma ampla agenda de pesquisas sobre tal temática. Em busca de um norte para avaliação da opinião pública sobre imigrantes e imigração, este capítulo apresenta uma discussão teórica aprofundada sobre a opinião pública em relação a imigrantes e refugiados na Europa e nos Estados Unidos, principalmente, por se tratar de uma temática analisada há várias décadas nesses locais.

A primeira seção do capítulo apresenta o perfil geral da imigração nos Estados Unidos e discute, a partir da perspectiva dos estudos da opinião pública, as principais explicações encontradas. A segunda seção se propõe a analisar o caso europeu e as principais explicações encontradas neste cenário, com foco na diferença sensível entre os tipos de imigrantes. Tal discussão é importante, pois, a partir desse levantamento, será possível estabelecer as explicações fundamentais que serão bases para a realização de um modelo empírico que busque explicar o caso brasileiro.

1.1 A opinião pública sobre imigrantes nos Estados Unidos

Os Estados Unidos são o país que mais recebe imigrantes no mundo. No ano de 2017, o país somava cerca de 44 milhões de imigrantes (PEW, 2019). Há muitos anos os EUA recebem pessoas de diferentes origens, inicialmente, de países europeus. No período que antecedeu o Ato de Imigração, de 1965, os Estados Unidos optaram por impor restrições e fixou limites para a entrada de pessoas no país que priorizava, de maneira limitada, os imigrantes que vinham da Europa fugindo das guerras no continente.

O Ato de Imigração e Naturalização, de 1965, removeu as quotas de imigração com um novo *Immigration Act* que estabeleceu legalmente o fim de uma política migratória de quotas por padrões raciais e étnicos. Por isso, a primeira expressiva geração de imigrantes hispânicos¹ teve auge nos anos 1960 (BELL, 2016). Segundo Hanson (2005), neste período a imigração sofreu uma drástica mudança de origem: a chegada de europeus deu lugar à massiva entrada de

¹ Neste primeiro momento, é importante já diferenciar dois termos que serão bastante utilizados nesta seção. O termo “hispânico” se refere a pessoas de países que foram colonizados pela Espanha. Já o termo latino-americano é mais abrangente e faz referência a todos os países da América que foram colonizados por países de origem latina, ou seja, Espanha, França e Portugal. Aqui se utiliza hispânicos, pois os principais imigrantes desse período eram mexicanos e cubanos.

mexicanos, iniciando uma mudança na distribuição étnica e fortalecendo os debates acerca da política de imigração no país.

As mudanças na legislação sobre a imigração resultaram na Reforma de 1986,² que expandiu a fiscalização nas fronteiras e deu ênfase ao princípio do reagrupamento familiar.³ Além disso, a reforma estabeleceu que apenas após cinco anos de residência seria possível solicitar a cidadania, que permite o acesso aos benefícios sociais providos pelo governo. Embora não sejam considerados cidadãos, os imigrantes podem receber autorização para trabalhar, acesso à educação pública e emergência médica (HANSON, 2005).

Estima-se que os imigrantes legais e ilegais formem 17% da força de trabalho dos EUA, distribuídos, principalmente, em setores que exigem menos qualificação educacional, como a agricultura, construção civil e indústria, e estão concentrados em alguns estados, como a Califórnia, Texas, Flórida e Nova York (PEW, 2019).

Neste aspecto, a imigração tornou os Estados Unidos etnicamente e culturalmente diversificado e com um aumento considerável na força de trabalho menos qualificada. Em um cenário de disputas por recursos sociais, as ideias nacionalistas e xenofóbicas se afloram e se juntam a uma ideologia política conservadora e nacionalista (CITRIN *et al.*, 1997; HANSON, 2005; BLAU; MACKIE, 2017).

A imigração sempre foi um debate acalorado na política estadunidense e foi um tema central nos encontros entre Hillary Clinton e Donald Trump, em 2016. Enquanto os Democratas buscaram registrar novos eleitores imigrantes, os Republicanos radicalizaram o discurso nacionalista prometendo a deportação em massa e a construção de um muro na fronteira com o México. Por meio das análises sociodemográficas das eleições, é possível identificar que os latinos votam em democratas por apresentarem políticas mais brandas em relação à permanência de imigrantes (BELL, 2016).

A ideia defendida pelos Democratas é a de que os imigrantes representam um papel importante na força de trabalho do país. No sistema alimentar, por exemplo, são poucas as fazendas que não dependem de mão-de-obra imigrante, bem como na indústria e em serviços, como os bares e restaurantes. A legalização de imigrantes facilitaria o aumento da renda, trazendo contribuições maiores para a economia. Estima-se que a legalização trouxe um aumento

² Em 1986, o *Immigration Reform and Control Act*. foi aprovado e buscava diminuir o número de imigrantes ilegais, através de sanções contra os empregadores desse tipo de mão-de-obra, e um amplo programa de legalização para todos os estrangeiros ilegais que moravam no país desde 1982. O programa passou por 15 anos de discussão e teve que prever a possibilidade de um plano de vistos temporários para os trabalhadores sazonais do campo; devido ao forte *lobby* dos proprietários da agroindústria do Sul (JAROCHINSKI, 2013).

³ Concessão de vistos ou legalização para pessoas cuja família já vive nos Estados Unidos.

de 15% na renda dos imigrantes em 5 anos. Ou seja, reduziria a pobreza e contribuiria com a economia por meio dos impostos, bens e serviços (WAINER, 2011).

Por outro lado, os republicanos defendem o fechamento das fronteiras e a deportação como a nova política de imigração. Isso casa com o que foi encontrado nas análises de opinião pública. Quem mais se opõe à imigração nos Estados Unidos são os brancos, conservadores, republicanos, mais velhos e com menor escolaridade (BRADER; VALENTINO; SUHAY, 2008; DUNAWAY; BRANTON; ABRAJANO, 2010; HAINMUELLER; HISCOX, 2010). Depois de sucessivas tentativas de aprovar uma reforma na política de imigração⁴, os Republicanos decidiram mudar a estratégia e começaram a evidenciar o discurso da “autodeportação”. A autodeportação consiste em estratégias para tornar a vida dos imigrantes tão difícil que, por conta própria, decidiram deixar o país (MANUEL PASTOR, JUSTIN SCOGGINS, 2016).

É interessante notar que essa estratégia focava em grupos estigmatizados, que eram os mais afetados por decretos estaduais anti-imigrantistas que, por sua vez, tinham como objetivo aumentar as abordagens policiais e dificultar o acesso de comunidades de imigrantes a serviços públicos básicos (LEITE, 2019).

A política de imigração de Donald Trump e dos Republicanos seguiram uma estratégia de lançar ordens executivas que permitem expandir a quantidade de deportações, aumento no orçamento de departamentos de fronteiras, imigração e alfândega e proibir a entrada de pessoas de diversos países, principalmente hispânicos e muçulmanos (LEITE, 2019).

Com o passar do tempo, o argumento de que os imigrantes seriam um peso econômico para o país ganhou cada vez mais força e está sempre presente nas pesquisas de opinião pública e nos discursos presidenciais. Este argumento é sustentado por duas ideias principais: a do fardo fiscal e a competição por empregos, que serão discutidas nas próximas seções (CITRIN *et al.*, 1997; BURNS; GIMPEL, 2000; SCHEVE; SLAUGHTER, 2001).

1.1.1 Estudos econômicos sobre imigração

Os primeiros estudos sobre o impacto da imigração nos Estados Unidos se concentraram excessivamente no aspecto econômico. Diversos autores se ocuparam em analisar a relação custo-benefício da imigração para a economia do país. George Borjas (2001) analisou as consequências econômicas da imigração. Segundo o autor, a chegada de imigrantes aumentou a

⁴São exemplos o *Secure Fence Act*, para aumentar o controle da fronteira instando de luzes, câmeras e cercas, e o *Comprehensive Immigration Reform Act. of 2006*, que estabeleceria impostos aos imigrantes correspondentes aos anos de residência.

produtividade e a competitividade, contribuindo para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Passou-se, então, a investigar um possível impacto econômico negativo da imigração a nível local, nos estados e municípios, já que, em termos nacionais, ela gerava uma contribuição positiva (BORJAS, 1990). O que aconteceria com a economia do país se não houvesse imigrantes com oferta de mão-de-obra barata para impulsionar o crescimento?

Os imigrantes, em sua maioria, são relatados como profissionais técnicos com alta força e disponibilidade para mais horas de trabalho. Devido à falta de registro⁵, são mais independentes e utilizam menos os serviços públicos. Além disso, argumentava-se que as populações imigrantes ainda não tinham uma geração de idosos que necessitam de assistência social (SIMON, 1989).

Tais estudos demonstraram que não há evidências fortes o suficiente para afirmar que os imigrantes afetaram negativamente a economia do país. Pelo contrário, poderiam ser utilizados como força de crescimento econômico desde que os números de entrada e o perfil do migrante fossem fiscalizados pelos órgãos responsáveis. Ou seja, a imigração se tratava de um “bom negócio” se fossem controladas a idade, a habilidade e a origem. Os estudos econômicos de Borjas e Simon foram os pilares científicos que basearam a legislação sobre imigração estabelecida na época.⁶

A ideia do fardo fiscal está ancorada na percepção de que a imigração aumenta os gastos do governo na medida que os imigrantes acessam benefícios públicos, mas pouco contribuem com os impostos. O impacto fiscal da imigração se trata, portanto, das diferenças entre as contribuições fiscais dos imigrantes para as finanças públicas, considerando que os ilegais não contribuem diretamente, e os benefícios recebidos por eles em educação pública, serviços médicos, segurança social, prisões, habitações, etc. (HOOD; MORRIS, 1998).

As diferenças entre imigrantes tendem a ser maiores para as receitas fiscais, principalmente a nível estadual. Porém, a segunda geração de imigrantes acaba por recuperar rapidamente esse *déficit*, pois pagariam os mesmos impostos que a população nativa (HANSON, 2005).

É difícil uma mensuração mais exata sobre o impacto da imigração ilegal para o sistema de bem-estar social, e para o mercado de trabalho, pois trata-se de pessoas não documentadas,

⁵ Imigrantes ilegais não registrados optam por abrir seu próprio negócio e viver à margem do sistema de trabalho (SIMON, 1989).

⁶ “*The Impact of Immigrants on the U.S. Economy*” de G. Borjas e “*The Economic Consequences of immigration*” de J. Simon influenciaram os debates no Congresso na tentativa de implementar uma reforma que atenuam os impactos econômicos da imigração

embora a percepção de um impacto negativo econômico seja o principal argumento que sustenta as ideias anti-imigração nos Estados Unidos.

A história mostra que o sentimento anti-imigração surge mais forte depois de períodos de recessão econômica, momentos em que a população tende a culpar os estrangeiros pelos problemas estruturais encontrados. Assim, o aumento de imigrantes durante uma situação econômica ruim tende a aflorar os sentimentos anti-imigração. Por sua vez, uma situação econômica ruim pode ser observada por meio de uma alta taxa de desemprego, iniciando uma competição entre nativos e imigrantes por empregos escassos (CITRIN *et al.*, 1997; KUNTZ; DAVIDOV; SEMYONOV, 2017).

Outros estudos mostraram que, em períodos de crise, também houve um fortalecimento da ideia de que a chegada de imigrantes causaria uma diminuição real dos salários. Os nativos teriam de competir em mercados com uma crescente participação de trabalhadores não autorizados que, por sua vez, enfrentam forte fiscalização que reduz seu poder de negociação ao ponto de aceitarem salários mais baixos que os nativos (BLAU; MACKIE, 2016). Porém, quando medido por um longo período, 10 anos ou mais, os impactos da imigração no salário dos nativos são muito pequenos. Este fato ocorre, principalmente, porque as características dos imigrantes que chegam no país não são aleatórias, mas são determinadas pela procura de mão-de-obra e pelos salários disponíveis (BORJAS, 2003).

1.1.2 As variáveis econômicas individuais e estruturais

A preocupação com a competição acerca de recursos econômicos e sociais pode ser dividida em dois níveis: o individual e o estrutural. O primeiro trata de variáveis como renda, nível de habilidade e ocupação no mercado de trabalho, que apresentam um grau de vulnerabilidade econômica individual da população. Já as variáveis econômicas estruturais mostram como as condições da economia nacional influenciam as atitudes anti-imigração, como o PIB, as taxas de desemprego e a inflação.

A competição por emprego é dividida entre diferentes níveis de habilidade, *high skill* e *low skill*.⁷ A nível metodológico, essa divisão se tornou necessária no momento em que se percebeu que, apesar das atitudes negativas em relação à imigração aumentar ao longo dos anos, havia uma constante preferência por imigrantes com altas habilidades (HAINMUELLER;

⁷ Diversos autores definem a habilidade como um somatório do grau de escolaridade e os anos de experiência no mercado de trabalho (BORJAS, 2003; HAINMUELLER; HISCOX, 2010).

HISCOX, 2010). A preferência por imigrantes com alto nível de habilidades pode ser observada, por exemplo, em casos como o Vale do Silício na Califórnia, que atualmente possui mais profissionais imigrantes do que estadunidenses, ou com a fuga de cérebros para diversas universidades e empresas estadunidenses⁸.

Se o impacto da imigração no mercado de trabalho varia de acordo com a situação da economia, dos grupos de habilidades e a quantidade de imigrantes presentes no local, o mesmo ocorre com a opinião sobre a imigração entre os diferentes grupos de habilidades dos nativos. Alguns estudos que se preocuparam em averiguar a pressão causada por imigrantes em grupos de nativos de habilidades semelhantes concluíram que, para os grupos com menor qualificação, o impacto da imigração varia entre negligenciáveis e modestamente negativos. Porém, apresenta um impacto negativo maior quando se trata dos imigrantes hispânicos (BLAU; MACKIE, 2016; HAINMUELLER; HISCOX, 2010).

Os modelos econômicos de preferências de política de imigração, de Scheve e Slaughter (2001), mostram que nos *surveys* nacionais analisados os cidadãos acreditam que os fluxos migratórios aumentam a oferta relativa de trabalhadores menos qualificados e os salários são flexíveis para manter a empregabilidade. Assim, as empresas teriam preferência por contratar imigrantes, pois diminuiria o custo da mão-de-obra. Portanto, o grupo de nativos de baixa qualificação seria o mais afetado pela imigração devido à uma ameaça de concorrência, adquirindo preferências por políticas imigratórias mais restritivas.

Apesar das preocupações econômicas estarem sempre presentes na opinião pública sobre imigração nos Estados Unidos, sustentadas nas ideias de competição por empregos e aumentos de impostos, diversos estudos realizados até então concluem que não existem correlações significativas entre as mudanças nas taxas de impostos e o aumento no fluxo de imigração (BORJAS, 1990, 2001, 2003; HAINMUELLER; HISCOX, 2010). O que de fato foi encontrado é que os imigrantes estão mais preocupados com a oferta de empregos do que com os benefícios sociais e contribuem, sim, com impostos em relação à habitação, comércio e previdência (HANSON, 2005).

Quando controladas por renda, escolaridade, gênero e ideologia, as principais pesquisas de opinião pública encontradas demonstraram que quanto maior o nível de educação, menor a

⁸ Fluxo migratório profissionais de alta qualificação educacional e profissional para os Estados Unidos. Inicialmente, seria uma prova de que a imigração de alta qualificação é bem-vinda. Trata-se de pessoas que receberam educação em países, como Índia, México ou Brasil, graças ao investimento dos governos desses países, e são atraídos por pós-graduação ou empregos nos EUA.

oposição à imigração. Isso permite inferir que um diploma universitário garante uma certa proteção no mercado de trabalho e uma maior tolerância em relação aos imigrantes (CITRIN *et al.*, 1997; BURNS; GIMPEL, 2000; SCHEVE; SLAUGHTER, 2001; HAINMUELLER; HISCOX, 2010). Por outro lado, cidadãos com menor qualificação são significativamente mais propensos à limitação da entrada de imigrantes no país. Uma das explicações para essa observação é a de que cidadãos com baixa qualificação seriam mais vulneráveis ao desemprego e disputam vagas com imigrantes econômicos. O mesmo fenômeno é observado com a renda: quanto maior a renda menor a oposição em relação à entrada de imigrantes (SCHEVE; SLAUGHTER, 1999).

1.1.3 As ameaças culturais

A opinião pública sobre imigração tem, também, uma dimensão cultural. Os ataques terroristas de 11 setembro de 2001 aumentaram consideravelmente a sensação de insegurança em relação aos estrangeiros. As atitudes negativas também aumentaram ao longo dos anos e fizeram com que a imigração tenha se tornado um tópico de grande relevância política, principalmente durante as campanhas eleitorais (YANG, 2017).

Para além das questões econômicas e políticas, Dustmann e Preston (2007) encontraram fortes questões raciais e culturais presentes nos sentimentos anti-imigrantistas, como o medo da perda da “identidade nacional” por meio da mistura étnica, cultural e linguística. É notável uma forte preferência de origem quando os hispânicos, por exemplo, sofrem uma rejeição significativamente, muito maior que os europeus, revelando a presença de preconceitos, estereótipos e estigmas (BRADER; VALENTINO; SUHAY, 2008).

Segundo Burns e Gimpel (2000), a imigração pode ser facilmente traduzida em uma questão racial com conflitos redistributivos. Isso ocorre porque a competição econômica e por recursos sociais, entre diferentes grupos étnicos, pode desencadear atitudes preconceituosas, como a associação dos hispânicos com o estereótipo de pessoas com baixa renda, e baixa escolaridade, que chegam ao país para se aproveitar do estado de bem-estar social, ou cometer crimes.

De acordo com a teoria de ameaça de grupo, os cidadãos se organizam em grupos formados por pessoas semelhantes entre si. Quando os grupos são ameaçados em relação a interesses econômicos, culturais ou religiosos, manifestam reações de exclusão, preconceito e violência em relação aos outros grupos (ESCANDELL, 2010). Por isso, quando comunidades passam por mudanças demográficas repentinas com a chegada de um número relativamente alto de estrangeiros, os imigrantes se tornam foco da hostilidade política local (HOPKINS, 2010).

Portanto, à nível local, a imigração é vista como um problema muito mais grave do que quando analisada à nível nacional, e alguns estados da federação apresentam maior preocupação do que outros (DUNAWAY, ABRAJANO, BRANTON, 2010).

Outra ameaça encontrada é a percepção de que os problemas de segurança pública do país são agravados pela chegada de estrangeiros, principalmente latino-americanos (RAMOS *et al*, 2005). É possível inferir, portanto, que existem critérios de aceitação dos imigrantes por parte da opinião pública nos Estados Unidos: possuir alta qualificação, ser capaz de falar o idioma oficial do país, ser branco, ser cristão e se adaptar a cultura local (BRADER; VALENTINO; SUHAY, 2008; DUNAWAY, ABRAJANO, BRANTON, 2010; HAINMUELLER; HISCOX, 2010).

1.1.4 A influência da mídia

Na tentativa de encontrar os principais condutores da formação dessa opinião, alguns trabalhos apostaram na mídia. Segundo essa agenda, o consumo de notícias sobre imigração impulsiona a oposição muito mais quando imigrantes hispânicos são apresentados. Na relação entre as sugestões de grupos de estrangeiros apresentadas pela mídia e a opinião sobre imigração, foi encontrado como resultado a formação de uma consciência estereotipada em relação a diferentes grupos de imigrantes. A consciência estereotipada, por sua vez, desencadeia emoções, como a ansiedade, levando à ação política (BRADER; VALENTINO; SUHAY, 2008).

Experimentos realizados encontraram um sistema de preferências de imigrantes. Existe uma aceitação maior por alguns grupos, como o canadense, britânico e demais europeus. Ou seja, aqueles que se encaixam em alta qualificação educacional, que falam inglês, brancos e que venham de países economicamente estáveis. Já os hispânicos⁹ são considerados como o tipo de imigrante ruim, que desencadeia ansiedade, pois a mídia apresenta, predominantemente, um enquadramento que enfatiza as consequências adversas da imigração, como o desemprego, a criminalidade e o uso de benefícios sociais, com foco nos latinos. Assim, o imigrante de origem latino-americana desencadeia emoções negativas e gera um gatilho emocional na população nativa baseado na ansiedade (BRADER; VALENTINO; SUHAY, 2008).

⁹ Nos dois experimentos utiliza ambos os termos “hispânicos” e “latinos” para se referir aos grupos estigmatizados nos Estados Unidos, entendendo que “latinos” se refere àqueles que vieram de países da América Latina. Porém, quando apresenta os tipos de “bom” e “mau” imigrante, ele utiliza o termo “hispânico” considerando que as notícias utilizadas no experimento se referem a personagens mexicanos (BRADER; VALENTINO; SUHAY, 2008, 2008).

As conclusões destacam, novamente, a presença de pistas raciais e estereótipos quando se trata da opinião pública sobre imigração. Ao considerar uma relação de custo-benefício econômico, identidade étnica e qualificação laboral, para a maioria dos estadunidenses os europeus são bem-vindos e os hispânicos não.

Alguns trabalhos apontam para a importância da divisão entre os estados e a origem do migrante para analisar a opinião pública sobre imigração. Ao adicionar a geografia como uma variável relevante, foram identificadas diferenças significativas na opinião pública entre os estados com fronteiras e os estados sem fronteiras (DUNAWAY *et al.*, 2011). Existe uma relação de proporção entre a atenção da mídia para a questão da imigração em estados com fronteiras. Em estados que a princípio recebem uma quantidade maior de imigrantes, a cobertura da mídia sobre a situação dos imigrantes é consideravelmente maior. Como consequência, os cidadãos em estados de fronteira são mais propensos a identificar a imigração como o maior problema do país (DUNAWAY J., ABRAJANO M. BRANTON, 2010).

Os jornais locais nos estados da fronteira com o México, a exemplo do Texas, Arizona e Califórnia, forneceriam uma maior quantidade de notícias sobre imigração do que os demais estados do país. Ao controlar a pesquisa em relação à idade, gênero, educação, partido e ideologia, foi encontrado que conservadores, republicanos, mais velhos, com menor escolaridade e residentes de estados da fronteira são mais propensos a enxergar a imigração como o maior problema do país (DUNAWAY J., ABRAJANO M. BRANTON, 2010).

Há um consenso encontrado em toda a bibliografia discutida aqui sobre a opinião pública sobre imigrantes nos Estados Unidos que os indivíduos brancos, conservadores, republicanos, mais velhos e com menor escolaridade apresentam maiores sentimentos contrários à imigração. Isso leva a inferir que, o racismo, nacionalismo e xenofobia são sentimentos essenciais para entendimento desse tema.

1.2 A opinião pública sobre imigrantes e refugiados na Europa

A questão dos refugiados e a preocupação com as fronteiras ocupa o topo da agenda política em vários países europeus, trazendo importantes desdobramentos políticos como o crescimento do nacionalismo e a uma polarização política cada vez maior que alimentam tensões na União Europeia (MEDEIROS *et al.*, 2019). Por esses motivos, existe uma ampla agenda de pesquisa e uma vasta quantidade de dados disponíveis sobre a opinião pública a respeito da imigração na Europa. Deve-se considerar, também, que a Europa é um caso atípico devido à dificuldade de diferenciar quem são os imigrantes e quem são os refugiados. Além disso, as

análises da região referem-se a um bloco com diferentes países, diferentes populações e variáveis distintas.

Nos últimos anos, tem-se observado um maior fechamento das fronteiras e um sentimento xenofóbico crescente em algumas regiões. Existe o risco de que as políticas de imigração sejam cada vez mais moldadas por visões negativas e precipitadas, gerando discriminação e receio do público à recepção dos imigrantes. Por isso, esta seção do capítulo se preocupa em analisar a opinião pública europeia e suas principais variáveis.

Apenas no ano de 2015, mais de um milhão de pessoas solicitaram o *status* de refugiado na União Europeia (WIKE; STOKES; SIMMONS, 2016). Segundo o Plano Regional de Resposta a Refugiados e Migrantes em 2015, um milhão de pessoas tentaram chegar à Europa pelo mar Mediterrâneo, principalmente pela Grécia, Itália e Turquia (ACNUR, 2016). O relatório denuncia que uma alta quantidade de pessoas está morrendo durante o processo de migração porque não conseguem mais entrar no continente europeu. Em anos anteriores, os países aumentaram a vigilância e a proteção em suas fronteiras, embora ainda fornecessem alojamento e acolhida humanitária aos que chegavam. Mas as circunstâncias começaram a mudar e há uma proibição mais dura a pessoas que não sejam da União Europeia (ACNUR, 2016).

Nesse momento, surge um questionamento: além dos acordos firmados entre os países do bloco europeu, existem razões para que se permita a entrada de um vizinho europeu enquanto se nega a de um refugiado? Para responder à pergunta é preciso entender quem são as pessoas que estão chegando à Europa. Das principais nacionalidades que chegaram ao continente pelo mar Mediterrâneo, os sírios representam 49%, seguidos pelos números de imigrantes do Afeganistão (25%) e do Iraque (15%) (ACNUR, 2016). Tratam-se, em sua maioria, de mulheres e crianças que têm sua origem em países arrasados por guerras e conflitos armados no Oriente Médio, e que são predominantemente de países muçulmanos. No caso europeu, não restam dúvidas de que a maioria das pessoas que chegam não podem retornar ao seu país de origem devido a graves ameaças a sua vida e a sua sobrevivência física. São vulneráveis economicamente e materialmente, ou seja, são refugiados.

Em junho de 2016, a maioria da população do Reino Unido apoiou a decisão de deixar a União Europeia em um referendo realizado após uma longa campanha denominada “*Vote Leave*” (em português, “*Volte para sair*”).¹⁰ Durante os anos que antecederam o referendo,

¹⁰ A campanha foi criada em 2015 para convencer a população a votar pelo sim, referente a saída do Reino Unido da UE. O grupo contava com entidades da sociedade civil e de vários partidos britânicos que incluíam alguns parlamentares dos *Conservative Party*, *Labour Party*, e UKIP, e, posteriormente, o chefe da campanha, Boris Johnson, veio a ser eleito como Primeiro-Ministro do Reino Unido.

conhecido como *Brexit*¹¹, a imigração foi tratada como uma questão de segurança social e econômica, e moldou o debate público sobre a saída do Reino Unido da União Europeia. A ideia defendida era que somente assim seria possível aumentar o controle sobre a imigração e, então, melhorar a economia, a segurança e o orçamento público do país (ZABOLOTSKY; HOFF, 2018).

Algumas organizações internacionais e organizações não governamentais que atuam diretamente com os refugiados denunciam que os países europeus estão fechando suas fronteiras e abandonando os refugiados em sua porta (ANISTIA, 2014; ACNUR, 2016), o que, segundo o direito internacional, não deveria ocorrer devido aos vários tratados internacionais sobre o tema (JUBILUT, 2007). Estudos recentes apresentaram que uma maior rejeição aos refugiados na Europa, e o fechamento de fronteiras, remetem a uma ativação de sentimentos xenofóbicos, ligados à origem e a religião, que estão sendo fortalecidos pela eleição de agendas conservadoras pela União Europeia (BANSAK; HAINMUELLER; HANGARTNER, 2016).

1.2.1 O sentimento antimuçulmano

Em 2005, o Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia – EUMC¹² relatou os níveis da discriminação contra os muçulmanos e a presença de manifestações de islamofobia em vários países europeus (EUMC, 2005). A discriminação acontece independente da origem étnica e religiosa e pode ser percebida em relação ao mercado de trabalho, educação e habitação. Os muçulmanos apresentam taxas de desemprego mais elevadas que os nativos, salários mais baixos e condições mais hostis. As barreiras culturais e a exclusão social atrapalham o desenvolvimento dos jovens na escola. Grande parte da população muçulmana na Europa dispõe de condições de habitação mais degradadas e tem uma maior vulnerabilidade, e insegurança, em termos de habitação (EUMC, 2005).

O sentimento antimuçulmano é um fenômeno difícil de ser mensurado porque pode encontrar efeitos de desajustabilidade social nas pesquisas de opinião. Porém, é fundamental entender que tipo de refugiados os europeus estão dispostos a aceitar. Existe um forte sentimento anti-islâmico identificado, principalmente, ao perceber que há uma forte preferência de refugiados cristãos em relação aos muçulmanos (OGAN *et al.*, 2014).

¹¹ *Britain Exit*, ou “Saída Britânica”, refere-se à Inglaterra, ao País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte, que estavam na União Europeia desde 1973. O referendo não teve valor legítimo, porém passou por aprovação no Parlamento.

¹² Agência responsável por informações sobre o racismo, xenofobia e do antissemitismo a nível europeu. Ver: <https://fra.europa.eu/pt>

O perfil do refugiado mais aceito na Europa surgiu a partir das principais conclusões encontradas na literatura analisada. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que, apesar dos fortes sentimentos antimuçulmanos, existem ainda grandes preocupações humanitárias e um forte efeito da mídia, que serão posteriormente analisadas. Foi identificada, também, uma forte preferência por solicitantes de asilo *high skill*, com alta escolaridade, capaz de falar o idioma local e se adaptar à cultura do país (BANSAK; HAINMUELLER; HANGARTNER, 2016).

A origem do imigrante/refugiado importa, e a constatação deste fato leva a observar que existe uma hierarquia de preferências com diferentes países e origens (HEATH; RICHARDS, 2019). Na Europa, especificamente, foi encontrado que os fatores culturais são cruciais na formação da atitude sobre imigrantes em três fontes principais: o medo da perda da identidade nacional, a segurança nacional e formação de preconceitos e estereótipos (DUSTMANN; PRESTON, 2007).

O medo da perda da identidade nacional deriva do fato de que quanto maior as diferenças étnicas e culturais entre os grupos nativos e imigrantes, maior é o surgimento de atitudes negativas em relação a imigração. Tais atitudes, por sua vez, estão ligadas à crença de que os muçulmanos não desejam se inserir na cultura dos países em que estão realocados, mais sim querem ser distintos do resto da sociedade, ao invés de adotar os costumes, o modo de vida e o idioma da nação (DUSTMANN; PRESTON, 2007).

Rustenbach (2010) propõe a teoria da marginalidade cultural para explicar que as pessoas são mais propensas a apresentarem atitudes contra a imigrantes quando não conseguem se relacionar ou não se relacionam culturalmente com eles, por se tratar de grupos distantes e sem afinidades. Portanto, se estabelecem relações sociais baseadas em estereótipos e na convivência distante, em que os refugiados se tornam marginalizados.

É possível estabelecer uma certa sintonia entre a teoria da marginalidade cultural e o conceito de lugares politizados apresentado por Hopkins (2010). Os lugares politizados são regiões que passam por intensas mudanças demográficas repentinas, como o aumento da chegada de estrangeiros, como é o caso de algumas regiões da Europa. Somado a isso está uma retórica nacional que politiza a imigração. Assim, os imigrantes se tornam o foco da hostilidade local.

As preocupações com a segurança nacional e os preconceitos e estereótipos estão relacionados à conexão cognitiva e à associação do refugiado com ataques terroristas que têm como objetivo destruir a “cultura ocidental” (DEMPSTER; HARGRAVE, 2017). A conexão cognitiva se dá pelo seguinte raciocínio lógico: “todo muçulmano é terrorista, mas nem todo terrorista é muçulmano”.

Apesar da associação dos refugiados com o terrorismo estar presente em várias pesquisas de opinião realizadas na Europa, trata-se de uma ameaça irreal – ou simbólica – baseada em preconceitos e estereótipos estigmatizantes resultantes da relação entre a imigração e dois importantes condutores sobre o tema: a ideologia e a mídia (BANSAK; HAINMUELLER; HANGARTNER, 2016; DEMPSTER; HARGRAVE, 2017; WIKE; STOKES; SIMMONS, 2016).

Um fenômeno recente observado na Europa é a criminalização da migração. Segundo Kubal (2014), nos últimos anos têm aumentado a incorporação de leis criminais no âmbito da migração, o que potencializa e legitima os discursos que apresentam os imigrantes como potenciais criminosos. O aumento das leis criminais de imigração facilita o sistema de deportação e o fechamento de fronteiras, e dificulta ainda mais a vida cotidiana e a inserção dos imigrantes/refugiados na sociedade (KUBAL, 2014).

Para responder o questionamento proposto no início da seção: existem razões para que se permita a entrada de um vizinho europeu enquanto se nega a de um refugiado? Sim, existem. As razões são: a origem do imigrante, distanciamento cultural ou o medo da perda da identidade nacional, o sentimento antimuçulmano, o receio pela segurança nacional e os preconceitos e estereótipos que estigmatizam os refugiados.

1.2.2 As preocupações econômicas

Para além das razões anteriormente discutidas, existem as preocupações econômicas. Na Europa, assim como nos EUA, tem-se a ideia de que o aumento no fluxo de estrangeiros, ao longo do tempo, leva a um aumento da percepção de que irão competir por recursos sociais, principalmente em tempos de recessão econômica (RUSTENBACH, 2010).

A teoria da ameaça competitiva explica que as preocupações econômicas podem ser divididas em dois grupos principais: as preocupações subjetivas ou individuais, e as preocupações estruturais ou nacionais (KUNTZ; DAVIDOV; SEMYONOV, 2017). A competição econômica entre diferentes grupos étnicos pode desencadear atitudes preconceituosas e um grupo de nativos ressentidos (BURNS; GIMPEL, 2000).

As preocupações econômicas individuais são resumidas pelo medo de perder o emprego. Ou seja, uma competição econômica na base da hierarquia trabalhista. Estão mais presentes em grupos de nativos com maior vulnerabilidade econômica, e por isso os nativos que mais se opõem a imigração são os desempregados, com baixa renda e baixa escolaridade. Dito

de outro modo, os indivíduos nativos que se sentem inseguros economicamente com seu emprego e renda são mais propensos a apresentarem sentimentos anti-imigração.

A taxa de desemprego está positivamente associada às atitudes anti-imigrantistas. Já a renda está associada negativamente como consequência de uma ameaça – imaginária ou real – de uma competição por recursos sociais e econômicos, sendo eles emprego, moradia, saúde, educação e assistência social. Outros trabalhos sobre o tema chamam atenção para a prática da “numeracia”, fenômeno que consiste em superestimar o tamanho das minorias. Nesse caso, os nativos tendem a superestimar o tamanho da população refugiada, acreditando que ela causa um impacto maior do que a realidade (KUNTZ; DAVIDOV; SEMYONOV, 2017; SIDES; CITRIN, 2007).

Outros autores apontam para a existência de ameaças realistas, como a situação da criminalidade e a segurança pública. Já as ameaças simbólicas seriam a cultura, o idioma e a religião dos refugiados. Em resumo, de acordo com as ameaças realistas e simbólicas, seria mais interessante receber imigrantes com maior escolaridade e níveis de habilidade, caucasianos, cristãos e capazes de falar o idioma oficial do país (RAMOS *et al.*, 2005).

No âmbito da economia nacional, ou seja, das preocupações estruturais, é possível observar que em tempos de insegurança econômica a rejeição à imigração aumenta. Em várias análises realizadas foi encontrado que as preocupações com a economia do país e o desemprego são preditores importante na opinião da população europeia (RUSTENBACH, 2010; BANSAK; HAINMUELLER; HANGARTNER, 2016; KUNTZ; DAVIDOV; SEMYONOV, 2017).

A situação econômica do país está presente no imaginário da opinião pública quando são indagadas sobre sua opinião em relação aos imigrantes/refugiados que chegam ao país. As preocupações econômicas estruturais estão ancoradas na ideia de que os imigrantes/refugiados roubam empregos, inflam o sistema fiscal e trazem mais gastos públicos para o Estado, principalmente no caso dos refugiados, que são pessoas que necessitam de auxílio e cuidados humanitários, boa parte financiados pelos Estados.

Ainda assim, os refugiados são vistos de maneira mais positiva pela opinião pública do que os imigrantes. Tal observação revela que as preocupações humanitárias são um forte condutor para a opinião pública europeia (BANSAK; HAINMUELLER; HANGARTNER, 2016). Diante dessa constatação, é possível afirmar que existem outros fatores explicativos importantes que possam auxiliar na opinião pública sobre o tema, além das preocupações econômicas.

1.2.3 A ideologia e as preocupações humanitárias

A ideologia trata de um conjunto de ideias pré-concebidas para interpretar a realidade política e social. São as opiniões sobre a organização da sociedade, a política, o papel do estado na economia e os direitos individuais que, no caso da Europa, inclui também a opinião sobre a recepção de imigrantes e refugiados (MEDEIROS *et al.*, 2019).

Em toda a bibliografia analisada, a teoria da filiação política mostrou que inclinação política “direita *versus* esquerda” tem sido utilizada para explicar as atitudes anti-imigração. Tal inclinação poderia ser medida de duas formas: por meio do envolvimento político e da ideologia (RUSTENBACH, 2010).

Sobre dicotomia “direita *versus* esquerda” foram encontradas diferenças significativas. As pessoas à direita do espectro ideológico têm atitudes mais negativas à imigração do que as da esquerda. A preocupação humanitária desempenha um efeito um pouco mais forte na estruturação de atitudes para a esquerda e, como já foi discutido neste capítulo, o sentimento anti-muçulmano é um importante condutor para a opinião pública sobre o tema na Europa. Embora ele esteja presente tanto na direita quanto na esquerda, apresenta um efeito muito maior para os entrevistados de direita (BANSACK; HAINMUELLER; HANGARTNER, 2016; WIKE; STOKES; SIMMONS, 2016).

Alguns trabalhos encontraram um vínculo entre a ideologia partidária e as políticas migratórias ao observar, por exemplo, que países com governos de direita apresentam menor número de imigrantes e são menos receptivos aos refugiados. Nesse sentido, o nacionalismo extremo ressurgiu como uma opção política na Europa, com uma retórica de culpar os imigrantes e refugiados, aglutinando o sentimento de frustração por tudo aquilo que há de errado com o país: a criminalidade, o desemprego e as dificuldades econômicas (RUSTENBACH, 2010; MEDEIROS *et al.*, 2019).

Assim, é possível concluir que a opinião pública sobre imigrantes e refugiados na Europa é moldada por fortes sentimentos antimuçulmanos e um preconceito baseado na etnia, na religião e na islamofobia, a partir do imaginário de que os muçulmanos, a maioria dos estrangeiros recém-chegados à Europa, comporiam um grupo bastante fechado e intolerante a cultura Ocidental. Também há uma forte associação deste grupo ao terrorismo e o temor pela segurança nacional.

No geral, as discussões dos estudos sobre opinião pública e imigração nos EUA e na Europa mostraram que as variáveis econômicas como renda, nível de habilidade e ocupação no mercado de trabalho, que em nível de vulnerabilidade econômica individual, possuem grande

relevância nos estudos sobre a opinião pública. Além disso, é possível perceber que a opinião pública não trata da mesma maneira imigrantes de diferentes origens. Imigrantes cuja formação cultural destoa dos valores ocidentais seriam os mais rejeitados. Caucasianos, brancos, com alta escolaridade e renda são mais bem vistos do que os hispânicos, mulçumanos, árabes e demais grupos estigmatizados.

Isso significa que, em uma classificação de perfil de estrangeiros, os imigrantes econômicos, de baixa escolaridade e renda seriam os mais rechaçados, adicionando ainda um peso diferente para cada origem de imigrante. A partir das discussões apresentadas é possível elencar hipóteses para o modelo brasileiro, que são baseadas nos estudos econômicos e origem estrangeiro. A partir desta discussão, segue como primeira hipótese:

H1: *Competição econômica* – quanto maiores são as preocupações econômicas individuais, maior é a percepção negativa da opinião pública sobre a vinda de estrangeiros para o Brasil, uma vez que eles seriam competidores no mercado de trabalho.

A primeira hipótese tem um aspecto instrumental e enfatiza a concorrência no mercado de trabalho e as ameaças da perda de emprego. Nesse caso, os trabalhadores mais inseguros, de menor renda, escolaridade ou grau de habilidade estariam mais propensos a relacionar o aumento da imigração com o aumento da competição por empregos. Tenderiam, portanto, a rejeitar a vinda de estrangeiros por esse motivo.

No capítulo 2, será apresentada a discussão sobre a história da imigração no Brasil. Isso permitirá uma conexão os aspectos culturais apresentados aqui para a formulação da segunda hipótese do trabalho.

CAPÍTULO II – A IMIGRAÇÃO PARA O BRASIL

O Brasil recebeu uma expressiva quantidade de estrangeiros ao longo de sua história, das mais diversas nacionalidades em diferentes períodos e ondas imigratórias. Mas todos os estrangeiros sempre foram bem-vindos? Com a intenção de responder a essa questão, apresenta-se neste capítulo uma discussão histórica sobre os processos de imigração para o Brasil, com foco em como os imigrantes eram percebidos pela população local, buscando identificar possíveis preferências de nacionalidades e tipo de estrangeiros.

A construção histórica da imigração brasileira é realizada aqui de maneira progressiva e cronológica. Inicia-se com os processos de colonização, as ondas de imigração de diferentes nacionalidades, até a contextualização atual de uma das mais recentes ondas de imigrantes: os haitianos.

O capítulo é dividido em quatro seções. A primeira seção tem como foco um estudo sócio-histórico da presença de estrangeiros no Brasil ao longo de mais de 500 anos de povoamento. Em seguida, é apresentada uma discussão sobre a eugenia, política de branqueamento nacional, e o racismo que esteve presente como política de formação da identidade nacional em diferentes governos ao longo dos séculos, e que repercutem até hoje nas diferentes formas de recepção dos estrangeiros. Nas últimas décadas houve diversas tentativas de suprir a falta de mão de obra qualificada no país, por meio de políticas públicas que financiavam a importação de profissionais estrangeiros e mão-de-obra das mais diferentes nacionalidades, ao exemplo do Programa Mais Médicos.¹³ Assim, a terceira e quarta seções desse capítulo se ocupam em trazer essas discussões.

2.1 Nacionalidades

O documento elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “Brasil: 500 anos de povoamento”¹⁴, é uma das fontes principais para o mapeamento das principais nacionalidades que povoaram o Brasil, pois apresenta uma imagem sobre a chegada dos

¹³ O Programa Mais Médicos, instituído em 2013, constitui-se em política pública do governo brasileiro com objetivo de suprir déficits do recurso humano médico no Sistema Único de Saúde (SUS), sendo uma estratégia para viabilizar a garantia mínima de, pelo menos, um profissional médico em cada município do Brasil. O programa consta com a cooperação de diversos países, em destaque o número expressivo de médicos cubanos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

¹⁴ Trata-se da obra “500 anos de povoamento: uma análise comparativa entre os povos estrangeiros que moldaram o Brasil”, abordando as fases de imigração e os diferentes povos que participaram da construção do país.

européus, principalmente os portugueses, espanhóis, alemães e italianos. Também discute a diáspora negra, a chegada dos árabes e dos japoneses. A análise histórica desses dados é realizada aqui com um objetivo específico: como eram percebidos esses imigrantes pela população local?

A colonização, fruto da expansão marítima europeia, trouxe para o Brasil milhares de portugueses, um grupo expressivo na formação da sociedade brasileira, inicialmente por meio da imigração restrita no período colonial, quando a chegada de famílias portuguesas era necessária e incentivada para o povoamento da colônia. Entre 1851 e 1960 ocorreu o apogeu da migração dos portugueses para o Brasil e a vinda em massa nesse período teve grande influência na construção da identidade nacional (VENÂNCIO, 2000).

Os primeiros colonizadores vieram para o Brasil determinados a explorar as terras e lucrar com elas. Porém, em sua maioria, o perfil de imigrantes portugueses consistia em pessoas menos favorecidas economicamente, principalmente agricultores de baixa renda e escolaridade, com pouco estudo e bens financeiros. Também vieram para o Brasil cristãos-novos e ciganos, fugindo de perseguições religiosas em Portugal (VENÂNCIO, 2000).

O ponto de virada nesse perfil imigratório foi a vinda da família real portuguesa em 1808, momento em que o nível socioeconômico e cultural dos colonizadores se elevou com a vinda da nobreza. A permanência da família real no Brasil, de 1808 a 1821, promoveu diversas mudanças estruturais, sejam elas no âmbito da cultura, da economia, da educação, ou da organização administrativa da colônia. A nobreza portuguesa foi recebida com bastante alegria e entusiasmo pelos habitantes na colônia. Essa imigração era vista como um sinal de progresso e organização do Brasil nos moldes da cultura europeia (WILCKEN, 2013).

Outro ponto crucial nesse período foi a abertura dos portos em 1808, que permitiu, pela primeira vez, relações comerciais com outras nações. Assim, missões de diversas nacionalidades vieram para o país com diferentes objetivos: comerciais, diplomáticos, artísticos, religiosos e científicos. Elas eram vistas como um sinal de progresso da colônia, considerada atrasada e sem infraestrutura, e ajudou a difundir os ideais europeus por aqui.

A expansão marítima europeia também trouxe para o Brasil outras nacionalidades, como a ocupação holandesa no Nordeste do país. As companhias de comércio marítimo holandesas ocuparam os estados da Bahia, Pernambuco e Paraíba. O governo holandês iniciou um plano civilizatório para o Brasil na direção de construir obras arquitetônicas, de engenharia, administrativas e culturais (BOXER, 1961).

A ocupação holandesa durou pouco mais de vinte anos¹⁵ e revelou as vulnerabilidades do território, chamando a atenção de Portugal para mobilizar maior capital humano para defender a posse da colônia. Além disso, houve resistência da população local e aliança entre brasileiros e portugueses para acabar com a ocupação holandesa (MELLO, 2015).

Durante décadas, o tráfico escravista transatlântico trouxe para o Brasil, de maneira forçada, parte da população africana. Em 300 anos de tráfico de pessoas, o Brasil recebeu cerca de 4 milhões de africanos em condição de escravidão (REIS, 2007). Após a abolição da escravatura, em 1888, os negros não foram considerados úteis para os trabalhos fabris e rurais e a sociabilidade desses grupos nesse período foi boicotada e reprimida pelas elites locais, sendo expulsos dos centros urbanos e isolados economicamente e socialmente (MAIA; ZAMORA, 2018).

De acordo com Florestan Fernandes (1967), os negros sofreram diversos boicotes que dificultaram sua adaptação na sociedade brasileira após a abolição. O projeto de urbanização das cidades nos moldes europeus minou a participação dos negros, que passaram a viver na marginalidade. Em algumas cidades, a exemplo de São Paulo, a população de origem africana não conseguia espaço devido à grande entrada de imigrantes europeus, que eram recebidos com expectativa de ajudar a superar o atraso social brasileiro (NEVINS; FERNANDES, 1967).

Os europeus, principalmente os espanhóis, alemães e italianos, foram considerados a melhor opção para substituir a mão-de-obra escrava nas grandes plantações (como as de café) e nas fábricas. Eram considerados bons trabalhadores, produtivos, mais dedicados e mais calmos que os negros. Por isso, houve expressivos programas do governo para o financiamento da vinda de mão-de-obra europeia para o Brasil, e diversas gerações de europeus conseguiram se integrar e prosperar por aqui (HOFBAUER, 2003).

Nas décadas posteriores à abolição da escravidão, a imigração foi apresentada como um processo de povoamento de terras com interesses econômicos baseados nos sistemas agrícolas europeus, concentrando-se, majoritariamente, nos estados do sul e sudeste do país. Nesse processo, os alemães eram considerados um modelo de colono agricultor eficiente. Existia, portanto, uma hierarquia e classificação das nacionalidades preferidas e aceitas no país, e os imigrantes alemães ocupavam o topo dessa estratificação racial, seguidos pelos bascos, italianos e portugueses. Nesse mesmo período, havia restrições e oposição à vinda de africanos, chineses,

¹⁵ A presença dos holandeses no Brasil, por meio da Companhia das Índias Orientais, ocupou o Nordeste do país em 1624 com a intenção de produzir e exportar açúcar.

japoneses e indianos, inclusive por meio da promulgação de leis que impunham a proibição da entrada de africanos no país (SEYFERTH, 1986).

Houve também uma chegada expressiva de povos árabes, principalmente libaneses, palestinos e sírios que fugiram de conflitos religiosos e dificuldades econômicas em seus países de origem. Até 1920, mais de 58.000 imigrantes árabes haviam entrado no Brasil, a maioria se dirigiu para São Paulo, menor número foi para o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ao contrário dos europeus, os árabes não foram integrados nos ambientes fabris e rural, tornando-se comerciantes, conhecidos como mascates, e ocupando, principalmente, os grandes centros urbanos, como a cidade de São Paulo (MOTT, 2000).

Já a imigração japonesa é considerada tardia porque a política de branqueamento do século XIX dificultava a entrada de asiáticos no país devido ao receio de “amarelar” a população brasileira. O que marca a presença do imigrante japonês no Brasil são as reações causadas pelas suas diferenças que eram enfatizadas nos debates sobre a sua entrada no país, argumentando-se que os japoneses se constituíam como um povo que jamais se integraria à cultura local (KODAMA, 2000).

Apesar da preocupação com a escassez de mão-de-obra no fim do período da escravidão africana, o governo brasileiro incentivou apenas tardiamente a imigração de trabalhadores asiáticos. Essa atitude do governo brasileiro condiz com o conjunto de ideias que predominavam no país naquele período, ou seja, a ideia de branqueamento da população. Apesar disso, nas décadas de 1940 e 1950 grandes contingentes de imigrantes japoneses vieram para trabalhar nas lavouras e, posteriormente, nas indústrias (KODAMA,2000).

Em resumo, as políticas de imigração adotadas após a proibição da escravidão no Brasil foram elaboradas na tentativa de privilegiar povos europeus a virem para o país, seja para trabalhar na agricultura, seja para o trabalho fabril. Ao mesmo tempo, buscavam expulsar ou marginalizar a população negra nas cidades brasileiras por meio das políticas de branqueamento racial e das restrições à entrada de africanos e asiáticos no país (SEYFERTH, 2002).

2.2 Eugenia, política de branqueamento nacional e racismo

A análise comparativa entre os diferentes povos estrangeiros que vieram para o país permite identificar que a sociedade brasileira foi construída por uma densa camada de racismo e por um projeto de branqueamento racial que criou bases para uma estrutura racista presente

na sociedade brasileira ainda hoje. Por meio desses levantamentos históricos, é possível concluir que os estrangeiros ocupam espaços que os locais não podem ou não querem ocupar, e que alguns grupos de estrangeiros conseguem se integrar e outros não (DIEHL, 2016).

Os africanos, que foram trazidos para o Brasil durante a escravidão, não conseguiram se integrar como parte da sociedade brasileira da época. O processo de integração social não pode ser ignorado, pois separa os que serão inseridos na ordem social, cultural, econômica, política e os que foram excluídos desses contextos (MOREIRA, 2014).

Os estereótipos racistas tratavam os negros como preguiçosos, traiçoeiros e incivilizados. Já os imigrantes europeus eram considerados bons trabalhadores (GOODMAN, 2017). No período pós-abolição da escravatura, os negros não foram reestabelecidos na sociedade, sendo excluídos em diferentes níveis. Mais tarde, durante a política de branqueamento nacional, a entrada de povos africanos foi proibida para dar lugar a um projeto de formação de uma sociedade nos padrões europeus (MARTINS, 2017).

O princípio da eugenia norteou o pensamento brasileiro durante muitos anos. Trata-se de produções científicas, com ideais racistas, que argumentam que as “raças inferiores” deveriam ser isoladas e extintas para as “raças superiores” progredirem (MAIA; ZAMORA, 2018). A eugenia é um movimento pretensamente científico e social, estruturada no racismo científico, que relaciona raça, gênero, saúde e nacionalismo como um projeto biológico de regeneração racial. Ele surge no Brasil no século XX, quando se discutia na Europa o Brasil como um país atrasado por conta do grande número de negros recém-saídos do sistema escravista e pela presença de povos indígenas (SOUZA, 2012).

As ideias eugenistas disseminadas na época basearam políticas públicas de higienização racial e no afastamento dos considerados inadequados. No caso do Brasil, observou-se que o avanço da sociedade seria dificultado devido ao grande número de nativos (indígenas) e africanos aqui presentes. Segundo esse pensamento, a presença de negros e indígenas seria o principal motivo das desordens sociais que impediam o avanço da nação. Por isso, esses fatores estão diretamente ligados ao histórico de imigração e a formação da identidade nacional, pois foram a base de um projeto de branqueamento nacional que perdurou durante anos (MAIA; ZAMORA; BAPTISTA, 2011).

A solução encontrada foi “arianização progressiva”, uma política pública que visava reduzir a população não-branca do país por meio da mistura com os europeus. Ou seja, o embranquecimento da população. A ideia principal era que a miscigenação, ao longo do tempo, iria priorizar a raça branca sobre as demais raças tendo como objetivo a redução da população negra no Brasil (HOFBAUER, 2007).

A política do branqueamento nacional tinha dois pilares principais: trazer os europeus e proibir a entrada de africanos e asiáticos. Nesse período, a população negra já era estigmatizada por ideais racistas, e o estrangeiro europeu surgia como uma esperança de progresso civilizatório nacional. A “arianização progressiva” e a política de branqueamento nacional elaboraram a política de imigração para o Brasil, e estabeleceram efeitos que podem ser observados no país até a contemporaneidade.

2.3 Cotas de imigração no governo Vargas

Nos anos 1930, iniciou-se uma série de políticas restritivas à imigração. O governo de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945, é identificado na história como bastante rigoroso em relação à entrada de imigrantes no país e por promover políticas nacionalistas que atingiram as populações de origem estrangeira que já moravam no país (GERALDO, 2009).

No período em que ocorreram as duas grandes Guerras Mundiais, o fluxo de migrantes no mundo aumentou em grande medida, principalmente de pessoas que fugiam do continente europeu, pois as guerras produziram uma grande quantidade de refugiados. Nesse período, o Brasil também foi destino de muitos imigrantes e refugiados que aqui se estabeleceram. As medidas repressivas contra estrangeiros se tornaram mais frequentes, principalmente contra japoneses, italianos e alemães.

As propostas constitucionais da época demonstraram a intenção de restringir a entrada de imigrantes, surgindo a Lei de Cotas na constituição brasileira de 1934 (FRONTOURA, 2017). Essa lei foi, em partes, baseada no *Immigration Act* de 1924¹⁶ dos Estados Unidos. Estabelecia que a imigração deveria ser selecionada para evitar a formação de grandes núcleos de imigrantes da mesma nacionalidade vivendo na mesma região do país e criando o primeiro conselho de imigração e colonização no país (JAROCHINSKI, 2013).

As cotas de imigração eram calculadas a partir de 2% sobre a quantidade geral de pessoas daquela nacionalidade que já viviam aqui nos últimos 50 anos: se hipoteticamente havia 50 mil alemães morando no Brasil, em 1934 só seria permitida a entrada de 1000 alemães (FRONTOURA, 2017). Também houve, nesse período, um aquecimento do debate público sobre a imigração e o surgimento de políticas de incorporação das populações estrangeiras. A

¹⁶ Lei federal dos Estados Unidos que definia quotas sobre a quantidade e nacionalidade dos imigrantes permitidos a entrar no país.

ideia principal era selecionar, distribuir e assimilar as populações estrangeiras para evitar a concentração na região Sudeste, principalmente no estado de São Paulo (GERALDO, 2009).

A seleção consistia em definir as nacionalidades que eram bem-vindas, de uma maneira limitada e controlada pelo governo, para evitar a entrada de negros e amarelos, e para controlar a formação de regiões concentradas de estrangeiros. Por isso, começaram a ser pensadas alternativas de distribuição dos estrangeiros pelo interior do país, principalmente para regiões com maior escassez de mão-de-obra. Essa etapa de assimilação foi uma tentativa de integrar os estrangeiros à cultura nacional, principalmente por meio da ampliação do ensino da língua portuguesa (GERALDO, 2009).

As políticas de imigração do governo Vargas eram baseadas no nacionalismo e na tentativa de criar uma homogeneidade cultural brasileira, visto que alguns núcleos coloniais preservavam seu próprio idioma, cultura e tradição, a exemplo da população alemã. Buscava-se combater a aglomeração de comunidades estrangeiras da mesma nacionalidade e promover políticas de nacionalização dos imigrantes para promover a homogeneidade cultural brasileira. A língua portuguesa era considerada como um instrumento facilitador de integração, devido à proximidade linguística e cultural. Por isso, a inserção de ibéricos era facilitada, principalmente de portugueses (BUENO, 2008).

Alguns grupos de imigrantes, nesse período, passaram a ser considerados “inassimiláveis”. Vieram em grandes quantidades para o trabalho fabril e industrial em substituição ao trabalho escravo, porém, a organização política, de sindicatos e de greves fez com que esses grupos, principalmente os italianos, passassem a ser considerados como politicamente problemáticos e subversivos (SANTOS, 2008).

A institucionalização das Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, atende, em princípio, às pressões impostas pelo movimento de operários europeus, em sua maioria italianos, que disseminavam ideologias revolucionárias devido a experiência prévia de organização operária em sua região de origem. As pautas dos operários, em grande parte europeus, buscavam regulamentação das relações de trabalho urbana e rural no Brasil, como por exemplo a carteira de trabalho, salário-mínimo, 44 horas semanais, direito à greve e à formação de sindicatos, pautas incorporadas também pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) (BETAT, 2005).

Os anos de greves e pressões por melhores condições de trabalho, principalmente na cidade de São Paulo, e a conjuntura internacional alimentaram receios anticomunistas. O governo, as empresas e as fazendas brasileiras passaram a priorizar a mão-de-obra e o trabalhador nacional. O medo do comunismo fez com que o governo de Getúlio Vargas e a elite política da

época estabelecessem cotas de imigração para mitigar principalmente a entrada de europeus considerados subversivos, à exemplo dos espanhóis e italianos (DIEHL, 2016).

Para que o imigrante tivesse sua entrada permitida no país, a sua origem deveria atender a critérios étnicos pré-estabelecidos que visavam uma assimilação mais rápida do imigrante à sociedade brasileira, para valorizar a origem étnica e cultural do povo brasileiro, ao mesmo tempo em que se buscava fomentar a chamada “Lei de Nacionalização do Trabalho” (BUENO, 2008). Essa lei veio para exigir da legislação trabalhista que em cada estabelecimento com três ou mais empregados seja mantida uma proporção de 2/3 de brasileiros para 1/3 de estrangeiros para atender as reivindicações de uma limitação de empregados estrangeiros em proporção aos nacionais, limitando também a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros (BETAT, 2005).

Ao longo dos anos a Lei de Cotas se demonstrou ineficiente e ultrapassada, pois havia ainda uma expressiva demanda de mão-de-obra estrangeira para trabalhar no Brasil. Além disso, as cotas de imigração se tornaram assimétricas, ou seja, algumas nacionalidades ultrapassaram a cota estabelecida e outras nem sequer procuravam o Brasil como destino. Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, a grande quantidade de refugiados produzidos fez necessária a criação de mecanismos internacionais para o recebimento e proteção dos refugiados que afetaram também a legislação brasileira sobre o tema (GERALDO, 2009).

2.4 As recentes ondas de imigração para o Brasil

Ao longo do século XX, pôde-se verificar um declínio da quantidade de estrangeiros presentes no país em relação ao total da população. Atualmente, o Brasil apresenta uma das menores porcentagens de imigrantes em comparação aos demais países. Segundo os dados disponíveis, estima-se que a população estrangeira no Brasil seja de 0,4%, em relação a um total de 207 milhões de habitantes (TEIXEIRA, 2018).

O número de imigrantes, em 1980, era de cerca de 912 mil. Mas de acordo com o último censo demográfico, realizado em 2010, havia 592 mil estrangeiros registrados no país, e quase metade deles (45%) vivia no estado de São Paulo (TEIXEIRA; BRAGA; BAENINGER, 2012). A expressiva redução no contingente de estrangeiros vivendo no Brasil acontece porque, nas últimas décadas, o país parou de ser um grande receptor de imigrantes e passou a ser, predominantemente, um país exportador de emigrantes. Ou seja, o fluxo de brasileiros mudando para outros países passou a ser contínuo e crescente, principalmente com destino aos Estados Unidos e Europa. É comum que o aumento da emigração esteja ligado a uma “fuga de cérebros”,

quando a classe com maior escolaridade e qualificação profissional se desloca para países mais desenvolvidos e a exportação de imigrantes econômicos, ou seja, um grande contingente de brasileiros procurando melhores condições econômicas em outros países (SILVA, 2010).

Esse processo é uma das razões fundamentais da alocação temporária de mão-de-obra qualificada, que definiu a política de imigração brasileira nas últimas décadas. Os governos anteriores implementaram políticas públicas para a importação de mão-de-obra qualificada e para atenuar as deficiências internas, a partir de programas como o Mais Médicos. Em 2013, foi possível perceber um abrandamento de regras imigratórias, e a criação de programas de imigração em massa, com o intuito de sanar *déficits* internos de determinados tipos de mão-de-obra. Assim, a imigração de grupos de escolaridade superior passou a ser estimulada pelo governo brasileiro (MACHADO; SOUZA, 2010)

A imigração ibérica para o Brasil também foi recorrente nesse período em que grande parte dos europeus trabalhando no país eram espanhóis ou portugueses. Houve também um crescimento da presença chinesa em alguns estados devido a uma grande expansão da presença de empresas chinesas no país. Além disso, foi reportado uma onda de imigração senegalesa e de outros grupos vindos do continente africano. É possível observar ainda um aumento na variação de estrangeiros de origem latino-americana e caribenha, entre os anos de 2011 e 2013, devido ao grande registro de médicos cubanos, e um aumento expressivo de haitianos. A imigração haitiana para o Brasil teve um comportamento explosivo e de rápido crescimento. Em pouco tempo os haitianos passaram a ser um dos principais coletivos de imigrantes no Brasil na última década (CAVALCANTI; TONHATI; DE OLIVEIRA, 2018).

Mesmo que a nível macro esse fluxo imigratório não seja tão expressivo, e muito baixo comparado a Europa e os Estados Unidos, as solicitações de refúgio no Brasil, entre 2010 e 2017 chegaram a 126 mil. Os haitianos somaram 46% dessas solicitações.¹⁷ A partir de dados da Polícia Federal é possível perceber que a quantidade de solicitações de refúgio de haitianos no Brasil aumentou consideravelmente nos anos de 2014 e 2015, com aproximadamente 33 mil pedidos registrados (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2016). O gráfico da figura 1 demonstra a quantidade de solicitações de refúgio de haitianos que o governo brasileiro recebeu nos últimos anos, apresentando aumento considerável a partir de 2012 e com grande pico em 2014.

¹⁷ Pesquisa realizada pelo Observatório das Migrações em São Paulo: migrações internas e internacionais contemporâneas no estado de São Paulo, da Unicamp, com dados do CONARE – Comitê Nacional para refugiados. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2018/03/20/estrategia-de-entrada/>.

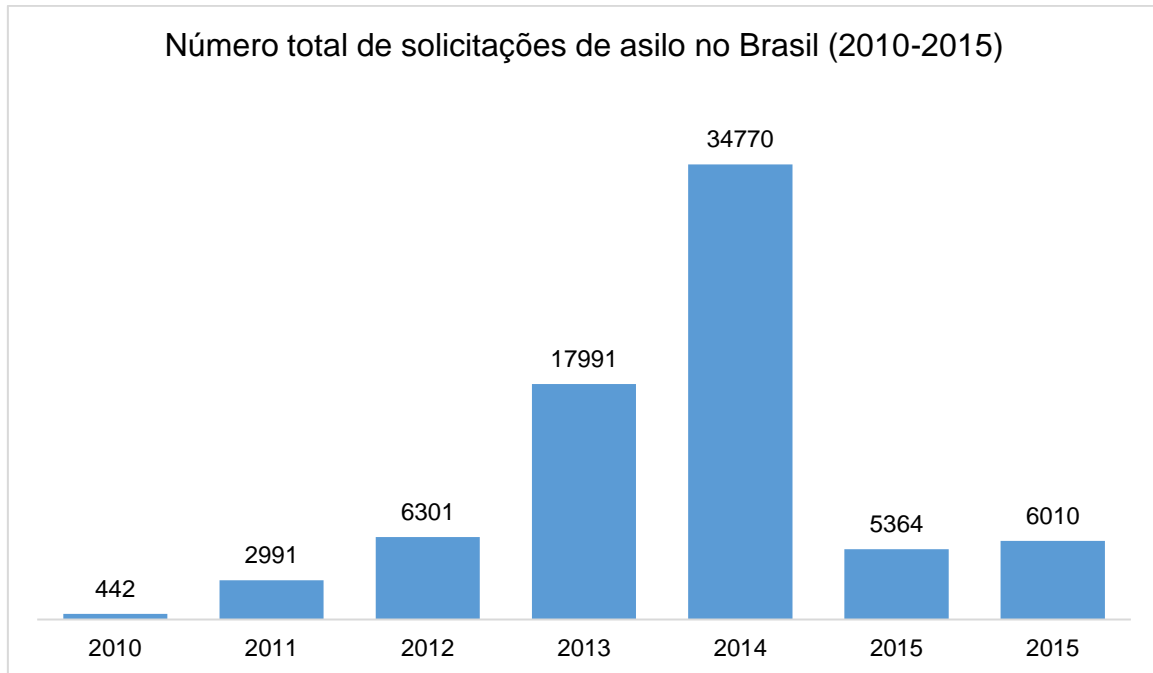


Figura 1: Quantidade de haitianos requerentes de asilo registrados pelas autoridades. Fonte: Elaboração da autora a partir de: Polícia Federal/Comitê Nacional para os Refugiados, 2016.

Devido ao rápido e expressivo aumento de fluxo de imigrantes, alguns estados brasileiros enfrentaram uma situação desafiadora para receber esse grupo. Porém, ao observar o histórico de imigração brasileira e as recentes políticas de incentivo à vinda de mão-de-obra qualificada, surgem alguns questionamentos sobre os motivos da chegada dos haitianos ter sido tratada como uma crise imigratória enquanto há grandes quantidades de grupos de outras nacionalidades vivendo no país a exemplo dos europeus e norte-americanos.

No Brasil a utilização de rotas ilegais se tornou comum para a chegada de haitianos. O trajeto pela América do Sul pode durar até três meses antes de adentrar pela fronteira norte do país, normalmente por trajetos fluviais ou terrestres, passando pelo Panamá, Equador e Peru, que não exigem vistos para haitianos. Isso tornou mais fácil a entrada para as fronteiras brasileiras em Tabatinga, no Amazonas, e por Brasiléia, no Acre, para em seguida se deslocarem até as regiões sul, sudeste e centro-oeste do país (BAENINGER; PERES, 2017).

Sem a criação de medidas adequadas, o Acre ficou sobrecarregado e sugeriu ao Governo Federal o fechamento da fronteira com o Peru, a principal rota de entrada ilegal dos haitianos através de coitotes. Como consequência, os estados que lidavam com a crise de chegada dos imigrantes exigiam um melhor tratamento do Governo Federal para o assunto (ZYLBERKAN, 2014). A solução encontrada foi o incentivo a dispersão dos imigrantes pelo território brasileiro em locais onde encontrariam melhores oportunidades como São Paulo, Paraná e Santa Catarina,

estados que tiveram o maior incremento relativo da admissão dos haitianos no mercado de trabalho brasileiro (CAVALCANTI; TONHATI; DE OLIVEIRA, 2018).

A falta de preparo para receber os imigrantes levou à uma situação de rejeição para com os estrangeiros e criou uma imagem de uma crise migratória muito maior do que realmente é, uma vez que o Brasil possui uma das menores taxas de imigração comparado a outros países no mundo. Em geral, o perfil dos migrantes haitianos é laboral e de imigrantes econômicos. Trata-se, em sua maioria, de homens, solteiros e na faixa dos 30 anos. Porém, os trabalhos encontrados por eles no Brasil foram, principalmente, oportunidades de empregos durante as obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas no setor de construção civil e serviços. Mas, depois que as obras foram finalizadas e a situação econômica do país se abalou, muitos destes imigrantes perderam seus empregos e passaram a viver em situação de subemprego, trabalhando de 10 a 14 horas por dia, principalmente com serviços gerais ou na informalidade como “camelôs” (OLIVEIRA, 2017).

Diferentes dificuldades são enfrentadas pelos imigrantes no mercado de trabalho. Principalmente os trabalhadores que estão no mercado informal relatam condições de precariedade, falta de reconhecimento, necessidade de capacitação, discriminação e vulnerabilidade. Os haitianos e africanos têm um nível de formação médio e alto e um capital linguístico com o domínio, em alguns casos, de línguas como o francês e espanhol, além do inglês. Mas esse capital não é valorizado como um diferencial para ocupar melhores postos de trabalho no Brasil.

Trabalhos anteriores afirmam que a recente onda de imigração trouxe à vista tensões racistas presentes no histórico do país, pois retratavam os negros por meio de estereótipos negativos para afirmar que tal grupo não contribuía para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Nesse sentido, diante da presença dos haitianos, a população local utilizou de atalhos e categorias raciais já existentes para lidar com esse grupo. Na convivência cotidiana, os brasileiros demonstraram ser indiferentes ou até mesmo agressivos com os estrangeiros vindos do Haiti. Por se tratar de um grupo estigmatizado desencadeia-se situações de exclusão social e distanciamento cultural e linguístico. Além de más condições de trabalho, salários abaixo do previsto em lei, (salário-mínimo), aumento da jornada de trabalho assim se encontram muitos dos imigrantes brasileiros oriundos dos países latino-americanos e africanos (MARTINS, 2017).

A partir do histórico de imigração para o Brasil é possível observar que as políticas de imigração adotadas após a proibição da escravidão no Brasil, em sua grande maioria, foram elaboradas na tentativa de privilegiar povos europeus a virem para o país, ao mesmo tempo em que buscavam expulsar ou marginalizar a população negra nas cidades brasileiras por meio das

políticas de branqueamento racial (SEYFERTH, 1986; 2002; CAVALCANTE, 2005; MARTINS, 2017) Essas observações servem de base para a segunda hipótese utilizada para analisar a opinião pública brasileira sobre a vinda de estrangeiros:

H2: *Preconceito racial* – no Brasil, a origem do imigrante, manifestada principalmente na sua cor de pele, impacta a percepção da opinião pública brasileira sobre a vinda de estrangeiros para o país.

Ambas as hipóteses apresentadas nos dois primeiros capítulos remetem a uma seletividade para a aceitação de imigrantes, embora por motivos diferentes. A hipótese do preconceito racial tem aspecto cultural e está ancorada em fatores como preconceito e xenofobia. O histórico das políticas de imigração para o Brasil, e de embranquecimento da população, mostra que isso já ocorreu no país.

CAPÍTULO III: A OPINIÃO PÚBLICA SOBRE OS ESTRANGEIROS NO BRASIL

Em face do recente fenômeno migratório que envolveu na última década, é preciso entender melhor como a opinião pública se posiciona diante dessas pessoas. Como no Brasil ainda são bastantes escassos os estudos sobre a opinião pública em relação aos imigrantes, a discussão previamente realizada sobre as pesquisas na Europa e nos Estados Unidos permitiu apontar as principais variáveis e aplicá-las ao cenário brasileiro.

O primeiro capítulo demonstrou que a opinião pública sobre imigração em locais como os Estados Unidos e a Europa é determinada pelas preocupações econômicas individuais e estruturais, os fatores culturais, a origem do imigrante, a ideologia, e as preocupações humanitárias representadas pela tipificação do estrangeiro: imigrante ou refugiado. Influenciada também pelas variações de renda, escolaridade e idade. Ou seja, as pesquisas desses locais demonstraram que pessoas com menor renda, baixa qualificação escolar e mais velhas apresentam atitudes mais negativas e restritivas em relação à presença de imigrantes.

No segundo capítulo, tendo como base o histórico de imigração para o Brasil, foi possível perceber que houve uma mudança no perfil migratório. Se no início do século a recepção era, predominantemente, de europeus, a partir da década de 2000 esse perfil mudou com a chegada expressiva de grupos latino-americanos com destaque para a situação dos haitianos.

Este capítulo se preocupa em apresentar uma análise multivariada para analisar o comportamento da opinião pública brasileira em relação aos estrangeiros. Optou-se por utilizar o termo estrangeiro por conta de sua capacidade de agregar conceitos, em uma tentativa de abrigar tanto as diferentes categorias de imigrantes previamente citadas, quanto às categorias de refugiados estabelecidas pela legislação internacional e com a intenção de mitigar possíveis efeitos ou confusões terminológicas na construção dos modelos.

3.1 Preconceito racial x preocupações econômicas

As análises realizadas até aqui levaram a dois caminhos que dão luz às principais hipóteses discutidas neste trabalho: as preocupações econômicas e o preconceito racial/origem. A situação econômica do país está presente no imaginário da opinião pública quando são indagadas sobre os imigrantes/refugiados que chegam ao país. É notável que a oposição à imigração aumenta durante os períodos de recessão, relacionada a ansiedades econômicas. A nível macro, como discutido no capítulo 1, as preocupações econômicas estruturais – medidas em variáveis

como desemprego, inflação e situação fiscal – também são importantes, pois se o país vai mal a rejeição em relação aos imigrantes é maior.

Essas opiniões são baseadas na ideia de que os imigrantes/refugiados roubam empregos, inflam o sistema fiscal e trazem mais custos para os orçamentos públicos como, por exemplo, as políticas (anti) imigratórias e fiscalização realizadas pelo Estado que comprometem parte do orçamento público. Além disso, alguns grupos de imigrantes não ofereceram nenhuma contrapartida por não contribuírem com impostos, no caso dos ilegais e dos refugiados.

As preocupações econômicas individuais dizem respeito às pressões exercidas sobre os nativos diante da presença de uma expressiva oferta de mão de obra barata de imigrantes, que leva à concorrência no mercado de trabalho. Estão relacionadas a essas pressões as situações financeiras pessoais, como a renda, a posição no mercado de trabalho e a qualificação profissional. A concorrência no mercado de trabalho levaria os economicamente desfavorecidos – medidos em termos de renda, status de emprego, educação ou categoria ocupacional – a supostamente enfrentarem ameaças e ansiedades sobre a perda de seu emprego. Nesse caso, os trabalhadores mais inseguros e com menos escolaridade ou grau de habilidade podem estar mais propensos a relacionar o aumento da imigração com o aumento da competição por empregos.

Autores como Burns e Gimpel (2000) afirmam que as atitudes em relação aos níveis de imigração tratam-se de mais uma função da situação econômica pessoal dos entrevistados do que de sua visão da economia nacional. Por esse motivo e por razões metodológicas, as análises a seguir referem-se às preocupações econômicas individuais, principalmente na opinião que “os imigrantes roubam empregos”. Porém, a situação do país, ou os fatores contextuais que formam o “humor nacional” são importantes na avaliação da opinião pública sobre os imigrantes compõem o que a literatura denomina de “humor nacional”. No modelo foram adicionados nas análises por meio de variáveis como avaliação do governo e qualidade de vida em busca de uma alternativa para ajudar a explicar a situação atual do país.

A análise da literatura sobre o tema leva a sugerir também que as atitudes negativas em relação aos estrangeiros têm algo a mais do que uma base econômica e que podem estar enraizadas à sentimentos de preconceito, principalmente em relação a grupos específicos. Apesar da extensa disponibilidade de estudos sobre os impactos da imigração na economia demonstrarem que os efeitos são nulos ou quase inexistentes, ainda assim os sentimentos e atitudes anti-imigrantista e anti-imigração são encontrados nas pesquisas de opinião pública. Essa observação levou alguns autores a afirmar que uma parte considerável do sentimento restricionista entre as massas não é motivada pela economia, mas simplesmente pelo preconceito.

Em relação a origem dos estrangeiros, os nativos se sentem ameaçados por um grupo de imigrantes quando tomam conhecimento da presença de tal grupo na região e seu tamanho relativo, principalmente através da mídia e dos meios de comunicação, por isso, em estados de fronteiras onde há grande fluxo de estrangeiros o sentimento de ameaça seriam maiores.

Grupos estigmatizados e representados com estereótipos negativos tendem a ser mais rejeitados, assim, determinados grupos de imigrantes são especialmente mais propensos a provocar hostilidade considerando que os grupos são definidos por raça, etnia e origem, pois há preferência consistente por grupos de estrangeiros brancos e culturalmente próximos. Esta evidência, discutida no capítulo 2, que retomou o histórico de imigração para o Brasil, foi percebido que ao longo de sua história, os brasileiros demonstraram reações e recepções diferentes com base nos países de origem dos imigrantes, também foram identificadas a presença de estereótipos e preconceitos aplicados a grupos específicos.

Para analisar a opinião pública brasileira em relação aos estrangeiros, ocupou-se de duas hipóteses. A primeira a ser testada segue as preocupações econômicas individuais principalmente para verificar a relação entre o imaginário de que os estrangeiros roubam empregos e a opinião pública brasileira sobre a presença de estrangeiros no país. A segunda está ancorada na explicação de grupos estigmatizados, de preconceito racial e xenofobia que seriam fatores determinantes para a seletividade da aceitação.

Para analisar o caso brasileiro são utilizados dados de uma pesquisa de opinião pública realizada pelo IBOPE Inteligência a pedido da Assessoria de Pesquisa de Opinião Pública da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR)¹⁸ que, dentre os temas pesquisados, contém um módulo de perguntas sobre imigração. A pesquisa possui uma amostra de 1000 entrevistas por telefone, com pessoas com 16 anos ou mais com acesso a telefone fixo (51%) e celular (49%) e com período de campo foi de 24/07 a 29/07/2015. O método amostral foi o de probabilidade proporcional ao tamanho (PPT), no primeiro estágio através dos números de telefone e por cotas de sexo, idade, grau de escolaridade e ramo de atividade no segundo estágio. O nível de confiança é de 95%, com um erro de $\pm 3\%$.

3.2 Descrição das variáveis

3.2.1 A variável dependente

¹⁸ Os dados e outras informações da pesquisa estão acessíveis aqui: <https://bit.ly/3CJyPAX>.

A variável dependente busca identificar se a vinda de estrangeiros para o Brasil é percebida como algo positivo ou negativo, a partir da seguinte pergunta: “Na opinião do(a) senhor(a), a vinda de estrangeiros para morar no Brasil é algo...”. Na ocasião, 43.3% disseram ser algo positivo, 39.9% negativo e 16.8% outras respostas. A pergunta do questionário em si é neutra e não consegue identificar qual “estrangeiro” é bem-vindo. Ao ser questionado sobre a recepção de “estrangeiro”, o entrevistado pode ter se recordado de qualquer categoria de estrangeiro que o Brasil tenha recebido ao longo da história: o europeu, o asiático, o norte-americano etc.

3.2.2 As variáveis independentes

As variáveis independentes foram compostas por cinco grupos: país de origem, sociais e demográficas, regiões do país, economia e governo e mídia.

a) País de origem. O primeiro grupo de variáveis trata da percepção dos brasileiros sobre a nacionalidade dos estrangeiros que estavam vindo para o país, derivada da seguinte pergunta: “E pelo que o(a) sr(a) sabe ou ouviu falar, qual a nacionalidade dos estrangeiros que mais vem morar no Brasil?”. Era possível até duas opções de resposta, mas trabalhou-se apenas com a primeira delas, ou seja, a primeira escolha de resposta dos entrevistados.

Essa foi a maneira possível, e encontrada, de avaliar se a procedência e o fenótipo dos imigrantes mais salientes na cabeça dos entrevistados impactavam na forma como eles eram vistos pela população.¹⁹ Os haitianos (22.9%) foram a nacionalidade de estrangeiros mais mencionada pelos entrevistados em comparação às demais. Como foram muitas menções, reclassificamos as demais categorias em: latino (11.7%), asiático (13.1%), africano (12.3%), europeu (5.3%), americano (3.1%) e outros (31.6%).

Na construção do modelo optou-se por criar categorias maiores com o objetivo de verificar a hipótese do preconceito racial. Uma das grandes categorias de estrangeiros é formada pelos Haitianos e Africanos e em outra grande categoria utilizada no modelo encontram-se europeus e americanos.

b) Sociais e demográficas. Nas variáveis sociodemográficas, ou estruturais, a população da amostra é descrita em termos de suas características de região, idade, gênero, escolaridade e

¹⁹ A categorização dos estrangeiros percebidos no Brasil segundo origem apresentada na pesquisa de opinião não é um processo simples, pois as categorizações étnicas e raciais misturam indicações fenotípicas, geográficas, nacionais (MATEUS, 2013). Porém, para entender quantitativamente a percepção dos brasileiros a respeito dos imigrantes, foi necessário a classificação dos estrangeiros com o objetivo de definir as categorias de análise.

renda pessoal. A idade indica possíveis efeitos geracionais e a expectativa é que os mais jovens sejam mais abertos à vinda de estrangeiros. Renda pessoal e escolaridade indicam dimensões econômicas. A expectativa é que entrevistados com renda mais baixa, e de menor escolaridade, sejam mais propensos a rejeitar imigrantes por conta da competição no mercado de trabalho, principalmente em atividades laborais que exijam menos habilidades.

c) Regiões do país. A região é importante porque alguns estados brasileiros foram mais afetados pela vinda em massa de haitianos para o país. Por isso, busca-se identificar diferentes efeitos em regiões com maior aglomeração de haitianos; de entrada, como a região norte, por conta dos estados do Acre e do Amazonas; e as regiões de principal destino dos haitianos no Brasil, como o Sul e o Sudeste.

d) Aprovação do governo. Em meados de 2015, o governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) não gozava de grande popularidade. Apenas 10.8% dos entrevistados a aprovavam. Ainda assim, e como era um governo mais à esquerda, a expectativa era de que houvesse maior probabilidade de expressar uma visão positiva da vinda de estrangeiros para o Brasil entre os que aprovavam o Governo Federal.

e) Situação da economia. Outro indicador importante dos estudos sobre opinião pública e imigração é a situação econômica do país. Como o questionário não tinha uma pergunta direta sobre a avaliação das pessoas sobre a economia, utilizamos como proxy a pergunta sobre a qualidade de vida da população: “Pelo que o(a) sr(a) viu ou ouviu falar, nos últimos 10 anos, a vida dos brasileiros melhorou, piorou ou não mudou?”. Na época, 36.8% disseram que havia melhorado, 14.4% que havia ficado igual e 44.7% que havia piorado.

f) Mídia. O último grupo de variáveis independentes são as midiáticas. Elas foram obtidas a partir da pergunta “Em qual programa/jornal mais tem se informado” e “Em qual portal, site de notícias ou rede social o(a) sr(a) mais tem se informado?”. No primeiro caso, os mais mencionados foram: Jornal Nacional (36.6%), outros jornais da TV Globo (19.9%) e Jornais da Record (14.5%); no segundo: G1/Globo.com (16%), Facebook (14.2%) e UOL (7,5%).

3.2.3 Resultados do modelo e imigração seletiva

Foi estimado um modelo de regressão logística multinomial para avaliar a percepção dos brasileiros sobre a vinda de estrangeiros para o país. Embora a variável dependente possua três categorias, o nosso principal interesse está na comparação entre as visões positiva e negativa. Os resultados podem ser vistos na tabela 1.

Tabela 1: Determinantes da percepção sobre a vinda de estrangeiros para o Brasil

	Negativa		Outras	
	B	SE	B	SE
Latinos	-0.71**	(0.32)	-0.22	(0.39)
Asiáticos	-0.71***	(0.27)	-0.26	(0.37)
Haitianos & Africanos	ref.	-	-	-
Europeus & Americanos	-0.79**	(0.31)	-1.36**	(0.58)
Outros	-0.67***	(0.22)	0.13	(0.28)
Jornal Nacional	-0.26	(0.22)	-0.75***	(0.27)
Outros telejornais da Globo	0.11	(0.24)	-0.58*	(0.35)
Jornais da Record	0.093	(0.27)	-0.55	(0.36)
UOL	-0.48	(0.31)	0.21	(0.43)
G1/Globo.com	-0.44*	(0.27)	-0.016	(0.44)
Facebook	-0.074	(0.26)	0.19	(0.36)
Qualidade de vida	-0.19*	(0.10)	-0.24*	(0.13)
Aprovação de Governo Federal	-0.48*	(0.28)	-0.75*	(0.42)
Norte/Centro-Oeste	0.21	(0.33)	0.38	(0.47)
Nordeste	0.22	(0.29)	0.51	(0.39)
Sudeste	0.32	(0.27)	0.55	(0.37)
Sul	ref.	-	-	-
Homem	-0.16	(0.18)	0.17	(0.25)
Idade	0.13*	(0.07)	0.37***	(0.11)
Escola	-0.19*	(0.11)	-0.17	(0.15)
Renda pessoal mensal	0.096	(0.10)	-0.28**	(0.14)
Constante	0.72	(0.55)	-0.75	(0.74)
N	902			
Pseudo R ²	0.069			
Log lik.	-849.5			
Chi ²	93.6			

Positiva é a categoria de referência

Fonte: Pesquisa telefônica semanal Secom/PR – Semana 4 – jul. 2015

* $p < 0.10$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Os resultados do modelo mostram que estrangeiros de origem africana e haitiana eram percebidos de maneira mais negativa pela opinião pública em relação a todos os demais grupos de imigrantes. Em termos percentuais eles tinham, em média, 53% de chances a mais de serem vistos de maneira negativa. Existia, portanto, uma seletividade para a aceitação de cidadãos

oriundos de países de população predominante negra. Isso nos dá respaldos para confirmar a hipótese 2.

O efeito negativo encontrado na opinião pública em relação aos haitianos e africanos poderia estar relacionado ao conceito de lugares politizados para explicar a rejeição aos haitianos que chegavam no país na época, pois um grande contingente de estrangeiros culturalmente muito diferente causaria estranheza por parte dos nativos locais e um sentimento de ameaça. Ainda assim essa ideia não explicaria os motivos pelos quais o sentimento de ameaça se deu maneira mais evidente para os haitianos e africanos, quando, ao mesmo tempo, era possível perceber outras populações de estrangeiros vivendo no país e cujo efeito encontrado não foi negativo.

A imigração seletiva é utilizada para se referir ao processo de formação de uma hierarquia de aceitação ou não rejeição de imigrantes. Ao longo da construção teórica do trabalho foi possível afirmar que a aceitação depende da raça, etnia, religião e escolaridade dos estrangeiros. De acordo com a literatura sobre o tema, o topo da hierarquia a ser aceito como imigrante seriam, portanto, caucasianos, cristãos, vindo de países desenvolvidos e que apresentem alta escolaridade (HOPKINS, 2011). O caso brasileiro, segundo o que foi encontrado aqui, não demonstrou ser diferente, pois foi percebida uma maior aceitação para estrangeiros de origem norte-americana e europeia, regiões em que a maioria da população se enquadra justamente no perfil supracitado.

Por outro lado, a recepção dos africanos e haitianos nas cidades brasileiras e a sua empregabilidade é mais difícil em níveis de xenofobia e discriminação racial (DUTRA; SILVA, 2016). Essa atitude pode ser percebida ainda hoje pela exclusão social, por exemplo, dos haitianos, considerando as más condições de trabalho, salários abaixo do previsto por lei e aumento da jornada de trabalho (MARTINS, 2017). Em algum momento os brasileiros começaram a considerar esses imigrantes como agentes que de doenças, pois associavam o Haiti com a África, continente este que existe todo um imaginário de ser um péssimo lugar, com miséria, fome e todas as doenças possíveis, logo, estes imigrantes negros estariam trazendo para a região doenças e um “atraso” social (DIEHL, 2016).

Como mostrou-se no capítulo 2, os estrangeiros de origem africana foram trazidos a força como escravos sendo obrigados a trabalhar e renunciar a sua liberdade e, posteriormente, com a abolição da escravidão, passaram a ser considerados indignos. Consequentemente, foram banidos de diversas formas de convívio social e empurrados à margem da sociedade.

Em contraste, outros grupos como europeus e americanos foram privilegiados com políticas públicas de incentivo, dinheiro, empregos e posse de terras para que viessem para o Brasil

com o intuito de auxiliar na formação de uma sociedade brasileira “mais branca” e, supostamente, mais evoluída culturalmente. A análise comparativa entre os diferentes povos estrangeiros que vieram para o país permite identificar que a sociedade brasileira foi construída por uma densa camada de racismo e por um projeto de branqueamento racial, que criaram as bases para uma estrutura racista presente na sociedade brasileira ainda hoje.

Ao observar que os povos africanos, mesmo depois da abolição da escravidão, os negros nunca conseguiram ser considerados como parte da população pelo Estado e pela elite brasileira. Constatou-se que, no século XIX, houve um processo de europeização no qual a chegada de povos europeus atuaria como um papel proveniente de civilização no qual entre 1890 e 1892 começaram a surgir as primeiras manifestações do eugenismo no Brasil onde africanos e asiáticos foram proibidos de entrar no país.

A seletividade na aceitação tem um componente histórico forte em relação à nossa formação como sociedade, pois alguns grupos de estrangeiros nunca foram bem-vindos. Quando o negro veio para o país, foi como escravo e não como cidadão ou colono. A literatura sobre o tema afirma que no Brasil há muitas décadas estaria em curso uma latente diminuição da população negra por meio de ações desencadeadas para a eliminação negra a fim de embranquecer o país (NASCIMENTO, 1980).

Nesse sentido, a imagem de harmonia racial e de hospitalidade que o Brasil divulga internacionalmente esconde por trás um processo de tentativas sistemáticas e de longa duração para diminuir a população negra vivendo aqui. Em consequência disso, as recentes ondas de imigração haitianas, por exemplo, seriam em grande parte rechaçadas devido a um processo de racismo mascarado e tentativas de embranquecer a população (NASCIMENTO, 1989).

Esse aspecto da tentativa do branqueamento da sociedade brasileira é endossado ao mostrar como a lógica racial da superioridade da raça branca conseguiu constituir o cenário social brasileiro ainda atualmente. É nesse contexto que essa lógica “instaura princípios norteadores para a criação de políticas públicas, normas de comportamento religioso, familiar, de trabalho e educação no Brasil” (MAIA; ZAMORA, 2018, p. 286).

Os resultados estatísticos do modelo apresentado sugerem que os estrangeiros de origem africana ou haitianos eram percebidos de maneira mais negativa pela opinião pública reafirmando a seletividade de aceitação do imigrante, percebida ao demonstrar que os europeus e norte-americanos são percebidos de maneira mais positiva que os demais imigrantes e confirmando o histórico de imigração brasileira apresentado no segundo capítulo.

A construção da lógica racial no Brasil mostra a relação entre a política do embranquecimento e as formas de incidência do racismo na subjetividade negra e branca na atualidade

colocando em xeque as ideias de democracia racial e receptividade de todos os povos. O racismo estrutural presente no país marca privilégios da população branca e inviabiliza o acesso da população negra e pode ser observado também no caso dos recentes grupos de estrangeiros. Ainda hoje o Brasil está atuando sob a ótica do embranquecimento, pois tais ideias se reeditam, se recriam e produzem subjetividades que podem ser observadas também na opinião pública sobre imigração.

3.2.4 Idade, escolaridade e renda

Em relação aos demais fatores explicativos determinantes no modelo, a idade e a escolaridade sugerem que pessoas mais jovens e mais escolarizadas são os que melhor aceitam os imigrantes. A maioria das pessoas que concorda com a vinda de estrangeiros são os jovens com ensino superior completo.

Uma relação recorrente é o efeito “geracional”, ou efeito juventude. Sobre este efeito, Rustenbach (2010) observou que o perfil que mais se opõe à imigração são os moradores de zonas rurais, com baixa escolaridade e mais velhos. O efeito geracional se refere ao fato das pessoas se tornarem mais negativas às culturas externas enquanto ficam mais velhas. Em outras palavras, os mais velhos seriam mais conservadores, nacionalistas e xenofóbicos e mais propensos a apresentarem atitudes negativas em relação à presença de estrangeiros.

A idade, portanto, se apresenta como uma variável explicativa fundamental. O “efeito juventude” é apresentado para explicar o fato de que as pessoas mais jovens demonstraram ser mais propensas a aceitar os altos níveis de imigração em seus países, porém, as causas destes efeitos precisam ser melhor investigadas. Os resultados encontrados em relação à idade reafirmam a ideia do efeito geracional, como demonstra a tabela 2, quanto mais velho maior a probabilidade de acreditar que a vinda de estrangeiros para o país enquanto os mais jovens acreditam que esse fato é algo positivo.

Em relação à escolaridade, é possível observar no caso brasileiro que quanto maior a escolaridade menor a chance de acreditar que a presença de estrangeiro no país é algo negativo. Ou seja, a hostilidade e oposição aos imigrantes apresenta uma escala menor entre pessoas com um maior nível educacional. O efeito da escolaridade é observado quando pessoas com diploma universitário são mais propensas a aceitar a presença de imigrantes, ou que os atuais níveis de imigração se mantenham (WIKE; STOKES; SIMMONS, 2016).

Por outro lado, nativos com nível educacional mais baixo desenvolvem maiores atitudes anti-imigrantistas (RUSTENBACH, 2010). Isto pode acontecer por duas explicações principais, segundo a literatura: o fator cultural e o monetário. A primeira delas é baseada no argumento de que a educação pode ser um condicionante para atitudes e sentimentos mais positivos em relação aos imigrantes, pois quanto maior o acesso à educação, maior a disponibilidade de informações globais que auxiliam a ultrapassar barreiras culturais e linguísticas e visões baseadas em estereótipos negativos de grupos de estrangeiro.

A falta de escolaridade, ou um nível educacional menor, significaria uma maior vulnerabilidade no mercado de trabalho e a busca por empregos que aceitam baixa qualificação geraria uma competição com os imigrantes recém inseridos nos mercados de trabalho locais. Além disso, há uma competição por recursos e benefícios sociais fornecidos pelo governo. Portanto, em um cenário de competição por recursos sociais entre diferentes grupos, se afloram as hostilidades étnicas e xenofóbicas (HOPKINS, 2010).

No Brasil, os dados apontam para o fato de que as pessoas com diploma universitário são mais propensas a ter uma opinião sobre o assunto e têm uma percepção mais positiva dos estrangeiros do que aqueles com menos educação. Uma das explicações para isso, além do maior acesso ao conhecimento, é o fato de que esse grupo de pessoas geralmente não compete diretamente com os haitianos no mercado de trabalho, justamente por ter uma melhor formação.

Os resultados de diversos trabalhos indicam que a correlação entre educação e apoio à imigração decorre, não apenas de preocupações egoístas sobre salários, mas adicionam ao efeito diferenças entre valores culturais e crenças sobre os impactos psicotrópicos da imigração. Em particular, as pessoas com maior escolaridade exibem níveis mais baixos de etnocentrismo, colocam mais ênfase na diversidade cultural e são mais otimistas sobre os impactos econômicos da imigração (CITRIN *et al.*, 1997; HAINMUELLER; HISCOX, 2010).

Além disso, a educação é uma das principais medidas de habilidade, junto a uma variedade de outros fatores que podem explicar sua correlação com atitudes pró-imigração. Alguns entrevistados de alta renda e em posições gerenciais e proprietárias podem se beneficiar do efeito deflacionário que a imigração tem sobre os salários com um excedente de mão-de-obra tanto de nativos com baixa qualificação quanto de imigrantes (BURNS; GIMPEL, 2000).

Nesse caso, as diferentes explicações para o efeito da escolaridade da opinião pública sobre estrangeiros: a cultural e a monetária podem não ser concorrentes, mas sim complementares, ou seja, os brasileiros com maior escolaridade tendem a visualizar de maneira positiva a presença de estrangeiros devido seu acesso a maiores informações, idiomas e culturas que transpõe as barreiras entre as nacionalidades e apresentaria um menor grau de preconceito. Ao

mesmo tempo, acreditam que a presença de estrangeiros é algo positivo porque suas posições privilegiadas não os deixariam ser prejudicados por competições no mercado de trabalho e por serviços públicos.

Dentro dessa perspectiva teórica o superávit imigratório leva ao aumento do retorno da renda que resulta do aumento da mão de obra juntamente com a subsequência da queda dos salários. Consequentemente os nativos que possuem mais capital receberão mais renda do excedente da imigração e os que receberem menos serão mais afetados negativamente.

Do ponto de vista teórico, a expectativa era que entrevistados com renda pessoal mais baixa fossem contrários à vinda de estrangeiros para o Brasil, justamente por conta da concorrência no mercado de trabalho. Inclusive, o questionário também perguntou o principal motivo pelo qual as pessoas são contra a vinda de estrangeiros para o Brasil. Ao serem questionados sobre isso, 18.8% disseram que são contra porque os estrangeiros “ocupam espaço no mercado de trabalho no Brasil”²⁰. Mas o indicador não alcançou significância estatística, o que não permite grandes especulações.

3.2.5 *Humor nacional*

Em relação à hipótese 1, a proxy para o “humor nacional”, sobre a melhora da qualidade de vida da população, indicou que pessoas mais satisfeitas teriam uma opinião mais positiva do que negativa sobre a vinda de estrangeiros para o país corroborando para a expectativa de que se o país vai mal, maior a rejeição em relação a imigrantes é maior.

É intrínseco ao sentimento de que os haitianos são um fardo econômico por utilizarem de benefícios sociais e que roubam seus empregos. As políticas públicas para a recepção e acolhimento de refugiados custam aos cofres públicos. Este fator auxilia na explicação do fato que 54% das pessoas entrevistadas na pesquisa da SECOM (PR) acreditarem que as políticas de imigração ilegal adotadas pelo governo são insatisfatórias.

Esses resultados sugerem algum respaldo para a dimensão econômica. Mas como a pergunta sobre a qualidade de vida não é um indicador comumente utilizado em pesquisas de opinião para avaliar a situação da economia, faz-se necessário a análise do resultado de outras variáveis do modelo.

²⁰ Houve menções a inúmeros outros motivos, mas eles foram tão dispersos – por exemplo, porque “querem tomar a Amazônia”, “não querem trabalhar”, “podem trazer doenças”, etc. – que não foi possível agrupá-los em outras categorias coerentes.

3.2.6 Mídia

O tema da presença dos haitianos alcançou repercussão na imprensa nacional e uma evidência disso é que a percepção sobre a presença de estrangeiros no Brasil foi aumentando ao longo dos anos de pico da chegada de haitianos, com destaque para os anos de 2015 e 2016. Aqui o portal de notícias *G1* e o *Jornal Nacional* foram correlacionados como uma das principais fontes de informação de circulação nacional sobre a situação dos haitianos no Brasil.

A teoria da *agenda-setting* auxilia a explicar por que os haitianos estavam “no topo da cabeça” dos brasileiros na época em que foram perguntados sobre a presença de estrangeiros no Brasil devido ao grande tempo e matérias e conteúdo que os meios de comunicação disponibilizam ao público sobre o caso. Os meios de informação influenciam a opinião das pessoas sobre imigrantes e às questões políticas ligadas a eles, visto que a mídia é uma forte ferramenta para a construção de pensamentos, formação da opinião pública e para o entendimento em massa sobre a realidade (KOSHO, 2016; MIZGA; TROVÃO, 2018).

Porém, uma análise de conteúdo mais aprofundada seria necessária para encontrar possíveis efeitos da influência da mídia na opinião pública brasileira sobre os haitianos, bem como seu viés e enquadramento.

3.2.7 Preconceito racial ou Preocupações econômicas?

Como citado anteriormente, as percepções econômicas formam um dos fatores preditores de suas atitudes sobre imigração, porém, caminham junto com o preconceito racial e de origem. Portanto, seletividade na aceitação e a segurança econômica entre os determinantes das atitudes em relação à imigração não são necessariamente abordagens mutuamente excludentes, como é reforçado pelos achados do modelo, em que a ideia de que os estrangeiros são algo negativo está presente com um efeito muito maior em relação aos haitianos e africanos.

Uma linha de estudo já consolidada demonstra que a competição econômica entre diferentes grupos étnicos pode desencadear atitudes preconceituosas e aflorar atitudes racistas ancoradas principalmente em estereótipos raciais e étnicos que são relevantes para a formação das opiniões (BURNS; GIMPEL, 2000). As avaliações econômicas pessoais podem apresentar impacto tanto no preconceito quanto nas políticas de imigração, levando em consideração que os nativos pessimistas com a situação econômica pessoal são mais propensos a culpar os grupos estigmatizados e tende a ter uma influência maior nos estereótipos negativos.

Os imigrantes, portanto, lidam com diversas formas de discriminação principalmente por parte dos grupos mais frágeis da sociedade uma vez que eles são os que mais temeriam os imigrantes no contexto de competição por empregos e serviços públicos. A discriminação anti-imigração é observada no fato dos imigrantes serem vistos como ameaça também no nível social e cultural e não apenas no econômico a partir da persistência do preconceito e da discriminação dentro das sociedades representadas por meio dos critérios étnicos de seleção dos imigrantes.

No geral, os resultados do modelo sugerem um cenário mais complexo no qual tanto dimensões culturais, relacionadas à cor da pele, quanto econômicas, que remetem à concorrência no mercado de trabalho – num período em que o país passava por uma crise econômica – influenciem a opinião pública em relação à vinda de estrangeiros para o Brasil.

Há elementos para aceitar ambas as hipóteses apresentadas, embora os resultados referentes à hipótese 2 pareçam mais consistentes. Ou seja, a interpretação dos dados sugere que o preconceito racial em relação a estrangeiros vindos de países cuja população é majoritariamente negra, como o Haiti, impacta negativamente a percepção da opinião pública brasileira em comparação com outros grupos de imigrantes. Mas deve-se descartar, também, que fatores econômicos importam, especialmente no contexto em que a pesquisa foi realizada.

CONCLUSÕES

Este trabalho buscou discutir como se comporta a opinião pública brasileira em relação à vinda de estrangeiros para o país. De modo mais específico, testamos duas das abordagens teóricas e interpretativas mais importantes presentes na literatura internacional, cujo principal foco de análise são países europeus e os EUA: a do preconceito racial e a da competição econômica. Os resultados do nosso modelo sugerem que ambas essas dimensões estão presentes, embora os resultados referentes à primeira pareçam mais consistentes.

A probabilidade de se ver de maneira negativa a vinda de estrangeiros para o Brasil é maior quando eles são oriundos de países cuja população é majoritariamente negra, como o Haiti e países da África, em comparação com outros grupos, como latinos, asiáticos, europeus e americanos. Uma forte explicação para esse resultado encontra respaldo na própria construção histórica e social do país, marcado por uma herança escravagista e de subjugação da população negra. Ou seja, tais consequências históricas não se manifestam apenas em práticas discriminatórias observadas no dia a dia, mas também em posicionamentos da opinião pública.

Esses resultados sugerem a existência de um preconceito racial e de origem na forma em que alguns grupos de imigrantes são categorizados, colocando em xeque a ideia de que estrangeiros são sempre bem-vindos e bem recebidos no Brasil. Não é possível dizer que a opinião pública brasileira vê de forma negativa a imigração numa perspectiva geral. Mas é possível sugerir, com base nos resultados aqui apresentados, que existe uma seletividade na aceitação do estrangeiro que, juntamente com as preocupações econômicas, demonstram ser os principais determinantes da opinião pública brasileira sobre a vinda de estrangeiros para o país.

Por isso, o trabalho contribui para confirmação de alguns aspectos históricos e sociológicos das migrações para o Brasil ao discutir subjetividades produzidas dentro da influência histórica e social do racismo da população brasileira e da tentativa do branqueamento da sociedade, ao demonstrar como a lógica racial da superioridade da raça branca dos séculos anteriores teria algum efeito no cenário social brasileiro nos dias atuais.

Essas observações apontadas levam a crer que a explicação econômica e o preconceito racial não são explicações concorrentes ao lidar com a opinião pública sobre os estrangeiros, mas complementares. A competição econômica por recursos sociais e a percepção da economia do país são determinantes nas atitudes da população quando se trata da presença de estrangeiros, mas uma atitude negativa apresenta efeito muito maior quando se trata de grupos de origem historicamente estigmatizados pelo racismo e pelo preconceito.

É importante ressaltar os limites das análises realizadas. Os dados foram coletados em um período de grande mobilidade migratória de haitianos para o Brasil, além de crise econômica e política. Por um lado, isso pode ser visto como algo positivo para as análises feitas nesse artigo, permitindo-nos vislumbrar as dimensões de preconceito racial e de origem descritas na literatura internacional num período de grande fluxo de estrangeiros para o país. Ou seja, o tema estava bastante saliente na opinião pública. Por outro, não é possível afastar por completo a existência de algum viés causado pelo contexto em que foram coletados os dados da pesquisa. Ou seja, o fato de serem o Brasil enfrentar, na época, a vinda de um grande fluxo de imigrantes haitianos pode ter gerado algum ruído nos dados coletados.

Algumas variáveis explicativas não funcionaram dentro das expectativas teóricas. É o caso dos indicadores midiáticos. Também não foram inseridas no modelo variáveis econômicas mais adequadas para que explicar o “humor nacional” e da situação econômica do país, não estavam disponíveis no banco de dados. Embora perguntas sobre imigração e medidas clássicas de avaliação da situação econômica existam em pesquisas feitas no Brasil, infelizmente nenhuma destas possui uma bateria que identifique a origem do imigrante, o que torna impossível qualquer análise que busque comparar as premissas de preconceito racial e de competição econômica. O ideal, então, seria encontrar ou produzir um banco de dados que contemplasse ambas as dimensões, como em trabalhos feitos na Europa (HEATH; RICHARDS, 2019).

Outro ponto é a importância da escolaridade e dos valores culturais que abrangem interpretações e conclusões distintas em relação a abordagem econômica e abordagem cultural. Por isso, estudar com maior ênfase a importância da escolaridade permitiria elaborar inferências mais concretas sobre o efeito da escolaridade na opinião pública sobre a imigração. No entanto, não foi possível explicar de maneira consistente qual das abordagens predominaria no caso brasileiro.

Apesar de a pergunta sobre a origem dos estrangeiros ser neutra, deve-se reconhecer a possibilidade de ocorrência de algum efeito de desejabilidade social, pois temas como preconceito racial e xenofobia são sensíveis. Estudos futuros sobre o mesmo tema devem recorrer a experimentos para amenizar quaisquer efeitos da desejabilidade, comparar hipóteses teóricas e, claro, confirmar ou refutar os achados apresentados neste artigo.

Devido a essas limitações metodológicas, se faz importante a pretensão de continuar as pesquisas sobre o tema para a obtenção de resultados mais concretos e respostas às lacunas deixadas, buscando ampliar as análises comparando outros grupos de estrangeiros que vieram em números expressivos para o Brasil como, por exemplo, os cubanos e os venezuelanos.

Por fim, embora a interpretação dos resultados seja coerente com a teoria sobre opinião pública e imigração e acontecimentos históricos que influenciaram a formação cultural do Brasil, é necessário demonstrar ciência das dificuldades para estabelecer relações causais em estudos observacionais e também da falta de dados cruciais para a construção de um modelo mais sólido. Entende-se, portanto, que esse trabalho pode ser visto como um pontapé inicial para o desenvolvimento de estudos sobre um tema importante e bastante frequente na literatura internacional.

REFERÊNCIAS

- ALTO COMISSARIADO DE REFUGIADOS NO BRASIL (ACNUR). *Relatório tendências Globais 2017*. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/5b27be547>>> Acesso em: 15 abr. 2021.
- AMNESTY INTERNATIONAL. *The Global Refugee Crisis – A conspiracy of neglect*. London: Amnesty International Ltd, 2015. 36 p. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/documents/pol40/1796/2015/en/>> Acesso em: 11. Ago.2021.
- BANSACK, K.; HAINMUELLER, J.; HANGARTNER, D. How economic, humanitarian, and religious concerns shape European attitudes toward asylum seekers. *Science*, v. 354, n. 6309, p. 217–222, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1126/science.aag2147>.
- BELL, A. The Role of the Latino Vote in the 2016 Elections. *The Annual Latino Public Affairs Forum*, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2778173>>.
- BETAT, I. DOS S. *Regulamentação dos direitos trabalhistas no Brasil: uma tentativa de conciliação entre o capital e o trabalho (1937-1945)*. 2005. Dissertação. 140 f. Universidade Federal do Espírito Santos, Vitória, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6009/2/Inara%20dos%20Santos%20Betat.pdf>> Acesso em: 8. Ago. 2021.
- BLOOM, P; ARIKAN, G. ;LAHAV, G. The effect of perceived cultural and material threats on ethnic preferences in immigration attitudes. *Ethnic and Racial Studies*, v. 38, n. 10, p. 1760–1778, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/01419870.2015.1015581>.
- BORJAS, G. J. *Friends or Strangers: Friends or strangers: The impact of immigrants on the U.S. economy*. New York: Basic Books, 1990.
- BORJAS, G. J. *Does immigration grease the wheels of the labor market?* Brookings Papers on Economic Activity, n. 1, p. 1–51, 2001. DOI: <http://dx.doi.org/10.1353/eca.2001.0011>.
- BORJAS, G. J. The labor demand curve is downward sloping: Reexamining the impact of immigration on the labor market. *Quarterly Journal of Economics*, nº 9755. Cambridge, 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.1162/003355303322552810>.
- BOXER, C. R. *Os holandeses no Brasil 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. v. 312.
- BRADER, T.; VALENTINO, N. A.; SUHAY, E. What triggers public opposition to immigration? Anxiety, group cues, and immigration threat. *American Journal of Political Science*, v. 52, n. 4, p. 959–978, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1540-5907.2008.00353.x>.
- BUENO, A. M. O Estado Novo e sua relação com os imigrantes: a língua como defesa dos valores nacionais. *Estudos Semióticos*, n. 4, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2008.49199>.

BURNS, P.; GIMPEL, J. G. Economic Insecurity, Prejudicial Stereotypes, and Public Opinion on Immigration Policy. *Political Science Quarterly*, v. 115, n. 2, p. 201–225, 2000. DOI:<http://dx.doi.org/10.2307/2657900>.

CARNEIRO, C. L.; FIGUEROA, A. Migrant Remittances and Rights to Physical Integrity: A Cross-section Study of Latin America (1981-2014). *Brazilian Political Science Review*, v. 13, n. 2, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-3821201900020004>.

CAVALCANTE, J. L. A lei das terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do estado sobre a terra. *Histórica*, p. 10, 2005. Recuperado de: <http://www.historica.arquivos-estado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/>.

CAVALCANTI, L.; TONHATI, T.; DE OLIVEIRA, A. T. Migração no Sul Global: haitianos no mercado de trabalho brasileiro. *Revista Terceiro Milênio*, v. 8, p. 103–129, 2018. Recuperado de:<http://www.revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/9>.

CEOBANU, A. M.; ESCANDELL, X. Comparative analyses of public attitudes toward immigrants and immigration using multinational survey data: A review of theories and research. *Annual Review of Sociology*, v. 36, p. 309–327, 2010. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1146/annurev.soc.012809.102651>>.

CITRIN, J. et al. Public opinion toward immigration reform: The role of economic motivations. *Journal of Politics*, v. 59, n. 3, p. 858–881, 1997. DOI: <http://dx.doi.org/10.2307/2998640>.

DEMPSTER, H.; HARGRAVE, K. *Understanding public attitudes towards refugees and migrants*. Forum on Refugee and Migration Policy initiative, nº 512. London, 2017. Recuperado de:<https://odi.org/en/publications/understanding-public-attitudes-towards-refugees-and-migrants/>.

DIEHL, F. O processo de formação do estereótipo Grande do Sul dos imigrantes haitianos em Lajeado, Rio Grande do Sul. *PERIPLOS*, v. 1, n. 47, p. 112–117, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i47.9569>>.

DUNAWAY, J.; ABRAJANO, M; BRANTON, R. Agenda Setting Public Opinion Immigration Reform. *Social Science Quarterly*, v. 91, n. 2, p. 360–378, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-6237.2010.00697.x>.

DUNAWAY, J. et al. Rebuilding or intruding? Media coverage and public opinion on latino immigration in post-katrina Louisiana. *Social Science Quarterly*, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-6237.2011.00797.x>.

DUSTMANN, C.; PRESTON, I. P. Racial and Economic Factors in Attitudes to Immigration. *Journal of Economic Analysis & Policy*, v. 7, n. 1, 2007. DOI: <https://doi.org/10.2202/1935-1682.1655>.

DUTRA, C. F.; SILVA, R. *Os imigrantes haitianos no Brasil e a discriminação múltipla*. CCCSS Contribuciones a las Ciencias Sociales, p. 1–6, 2016. Recuperado de: <http://www.eu-med.net/rev/ccss/2016/03/imigrantes.html>.

ESIPOVA, N. et al. *How the World Views Migration: Results from a New IOM/Gallup Report*. International Organization for Migration (IOM). Switzerland:IOM. 2015. 68p. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/how_the_world_gallup.pdf>. Acesso em: 3. Maio. 2020.

EUMC. *Racismo e xenofobia nos Estados-Membros da UE Tendências , evolução e boas práticas*. EUMC. [S.l: s.n.], 2005. 28 p. Disponível em:< https://hip.lisboa.ucp.pt/edocs/cde/2006_15532.pdf>. Acesso em: 10. Set. 2020.

FERNANDES, F. *A integração do Negro na sociedade de classes*. 5. ed. São Paulo: Editora Globo, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.2307/2511089>.

FRONTOURA, C. D. S. *Leis de imigração brasileiras e os dilemas do Estado- Nação: do período colonial à lei 13.445, de maio de 2017*. Monografia. 59 f. Universidade Estadual de Londrina, 2017.

GERALDO, E. *A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil*. Cadernos AEL, v. 15, n. 27, p. 173–209, 2009. Recuperado de: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2575>

GOODMAN, G. A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914, de Karl Monsma. *Revista História: Debates e Tendências*, v. 16, n. 2, p. 508, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5335/hdtv.16n.2.6934>.

HAINMUELLER, J.; HISCOX, M. J. Attitudes toward highly skilled and low-skilled immigration: Evidence from a survey experiment. *American Political Science Review*, v. 104, n. 1, p. 61–84, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1126/science.aag2147>.

HANSON, G. H. *Why Does Immigration Divide America?: Public Finance And Political Opposition to Open Borders*. San Diego: Peterson Institute for International Economics, 2005.

HEATH, A.; RICHARDS, L. *How do Europeans differ in their attitudes to immigration? : Findings from the European Social Survey 2002/03 - 2016/17*. OECD Social, Employment and Migration Working Papers, nº 222. [S.l: s.n.], 2019. Disponível em:< https://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/how-do-europeans-differ-in-their-attitudes-to-immigration_0adf9e55-en>. Acesso em: 20. Set. 2020.

HOFBAUER, A. Conceito de "raça" e o ideário de branqueamento no século XIX. *Teoria e Pesquisa*, v. 1, n. 42, 2003. DOI: <https://doi.org/10.4322/tp.v1i42.57>.

HOFBAUER, A. Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil. In: *Por que “raça”?* Breves reflexões sobre a questão racial, no cinema e na antropologia. Santa Maria: Editora UFSM, 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.32379/9786557160039>.

HOOD, M. V; MORRIS, I. L. GIVE US YOUR TIRED, YOUR POOR,.. . BUT MAKE SURE THEY HAVE A GREEN CARD: The Effects of Documented and Undocumented Migrant Context on Anglo Opinion Toward Immigration. *Political Behavior*, v. 20, n. 1, p. 1–15, 1998.

HOPKINS, D. J. Politicized places: Explaining where and when immigrants provoke local opposition. *American Political Science Review*, v. 104, n. 1, p. 40–60, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/S000305540999036>>.

HOPKINS, D. J. National debates, local responses: The origins of local concern about immigration in Britain and the United States. *British Journal of Political Science*, v. 41, n. 3, p. 499–524, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/S0007123410000414>.

JAROCHINSKI, J. C. A História Das Políticas Migratórias Dos Estados Unidos. *Textos e Debates*, v. 1, n. 20, p. 7–21, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.18227/2217-1448ted.v1i20.1328>.

JUBILUT, L. L. *O direito internacional dos direitos dos refugiados*. São Paulo: Editora Método, 2007.

KODAMA, K. O sol nascente do Brasil: um balanço da imigração japonesa. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2000.

KOSHO, J. Media Influence On Public Opinion Attitudes Toward The Migration Crisis. *International Journal of Scientific & Technology Research*, v. 5, n. 5, p. 86–91, 2016. Recuperado de: <https://www.ijstr.org/final-print/may2016/Media-Influence-On-Public-Opinion-Attitudes-Toward-The-Migration-Crisis.pdf>.

KUBAL, A. Erratum to: Struggles against subjection. Implications of criminalization of migration for migrants' everyday lives in Europe. *Crime, Law and Social Change*, v. 63, n. 1–2, p. 119, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s10611-014-9550-6>.

KUNTZ, A.; DAVIDOV, E.; SEMYONOV, M. The dynamic relations between economic conditions and anti-immigrant sentiment: A natural experiment in times of the European economic crisis. *International Journal of Comparative Sociology*, v. 58, n. 5, p. 392–415, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/0020715217690434>.

LEITE, C. *Política de imigração nos EUA: uma análise do Governo Trump: mudança ou continuidade?*. 2019. 34 f. Monografia. Universidade Federal de Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/28628?locale=pt_BR>. Acesso em: 04. Maio. 2020.

LIMA, J. B. B. et al. *Refúgio no Brasil: Caracterização dos Perfis Sociodemográficos dos Refugiados (1998-2014)*. Brasília: IPEA, 2017. 244 p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30866&Itemid=424>. Acesso em: 8. Ago. 2021.

MACHADO, F. S. ; SOUZA, A. P. F. *Efeitos salariais da imigração no Brasil: uma simulação*. In: ANPEC, 2014, São Paulo: ANPEC, 2014. p. 1–20. Disponível em: <https://cmicro.fgv.br/sites/cmicro.fgv.br/files/arquivos/WP_2_2014.pdf>. Acesso em: 11. Ago. 2021.

MAIA, K. S.; ZAMORA, M.; BATISTA, R. F. Reflexões sobre o racismo em Campos dos Goytacazes: um olhar existencialista sobre a descolonização. *Revista de Psicologia*, v. 10, n.

2, p. 105–112, 2019. Recuperado de: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/33680>.

MAIA, K. S.; ZAMORA, M. H. N. O Brasil e a lógica racial: do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. *Psicologia Clínica*, v. 30, p. 265–286, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0030n02A04>.

MARTINS, J. M. *A Seletividade na aceitação entre os imigrantes no Brasil: à luz da análise do Racismo Institucional e os Direitos Humanos Universais*. In: FoMerco, 2017, Salvador: FoMerco, 2017. 13 p. Disponível em: <http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1505923422_ARQUIVO_Trabalho-final-FOMERCO-SALVADOR.pdf>. Acesso em: 10. Maio. 2020.

MATEUS, S. *As classificações classificam os classificadores? Notas sobre os processos de categorização na construção de conhecimento sobre os descendentes de imigrantes*. Lisboa: CIES, 2013. 20 p.

MCGINNITY, F. et al. *Migrants' Experience of Racism and Discrimination in Ireland.. IRELAND: The Economic and Social Research Institute*, 2006. 87 p. Disponível em: <<https://www.esri.ie/system/files/media/file-uploads/2015-07/BKMNINT193.pdf>>. Acesso em: 8.Ago. 2021.

MEDEIROS, M. DE A. et al. Ideology and immigration patterns in European Union (1988-2015). *Revista de Sociologia e Política*, v. 27, n. 72, p. 1–17, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987319277203>.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Refúgio em números*. Brasília:CONARE, 2016. Disponível em:< <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/01/refugio-em-numeros-2010-2016.pdf>>. Acesso em: 1. Set. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Programa Mais Médicos. Brasília, 2017. Disponível em:< <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/dezembro/13/Cartilha-Mais-Medicos-WEB.pdf>>. Acesso em: 1. Set. 2021.

MOREIRA, J. B. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. REMHU : *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 22, n. 43, p. 85–98, 2014. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880004306>>.

MOTT, M.L. Imigração árabe: um certo oriente no Brasil. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2000.

NASCIMENTO, A. *O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. v. 60. DOI: <http://dx.doi.org/10.2307/2513254>.

NASCIMENTO, A. *Mixture or Massacre? Essays in the Genocide of a Black People*. 2. ed. Massachusetts .NH: THE MAJORITY PRESS, 1989. v. 58.

NASCIMENTO, R. L. *O Desconforto da Governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. 2008. Tese, 320 p. Universidade Federal Fluminense, Rio de

Janeiro, 2008. Disponível em:< https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2008_NASCIMENTO_Romulo_Luiz_Xavier_do-S.pdf>. Acesso em: 15. Ago. 2020.

OGAN, C. et al. The rise of anti-Muslim prejudice: Media and Islamophobia in Europe and the United States. *International Communication Gazette*, v. 76, n. 1, p. 27–46, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/1748048513504048>.

PASTOR, M.; SCOGGINS, J. *The Size and Location of the Recently Naturalized Voting Age Citizen Population. Rock the (Naturalized) Vote II*. Los Angeles: [s.n.], 2016. 33 p. Disponível em:< https://dornsife.usc.edu/assets/sites/1411/docs/2012_Rock_the_Naturalized_Vote_CSII.pdf>. Acesso em: 13. Jul. 2020.

PEW RESEARCH CENTER. *Facts on Latinos in the U.S.* Pew, 2019. Disponível em:< <https://www.pewresearch.org/hispanic/fact-sheet/latinos-in-the-u-s-fact-sheet/>>. Acesso 15. Jul. 2021.

RAMOS, A. et al. *Racism and immigration policies: the impact of the quality of democracy on the mediation role of threat perceptions*. European social survey. n. 2009, p. 1–9, 2005. Recuperado de: https://www.europeansocialsurvey.org/docs/about/conference/RAMOS_Racism-and-Immigration-Policies.pdf.

REIS, I. C. F. DOS. *A Família negra do tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. 2007. Tese. 277 f. Universidade Estadual de Campinas, 2007. Disponível em:< <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280899>>. Acesso em: 10. Ago.2020.

REIS, J.J. A presença negra: encontros e conflitos. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2000.

RUSTENBACH, E. Sources of negative attitudes toward immigrants in Europe: A multi-level analysis. *International Migration Review*, v. 44, n. 1, p. 53–77, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1747-7379.2009.00798.x>.

SANTOS, V. T. D. *Italianos sob a mira da polícia política: vigilância e repressão no estado de São Paulo (1924-1945)*. São Paulo, Humanitas, 2008.

SCHEVE, K. F.; SLAUGHTER, M. J. Labor market competition and individual preferences over immigration policy. *Review of Economics and Statistics*, v. 83, n. 1, p. 133–145, 1999. DOI: <http://dx.doi.org/10.1162/003465301750160108>.

SCHNEIDER, S. L. Anti-immigrant attitudes in Europe: Outgroup size and perceived ethnic threat. *European Sociological Review*, v. 24, n. 1, p. 53–67, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1093/esr/jcm034>.

SEYFERTH, G. Imigração, colonização e identidade étnica: notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem europeia no sul do Brasil. *Revista de Antropologia*, v. 29, n. 1986, p. 57–71. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1986.111143>.

SEYFERTH, G. Colonização, Imigração E a Questão Racial No Brasil. *Revista USP*, v. 53, p. 117–149, 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i53p117-149>.

SIDES, J.; CITRIN, J. European opinion about immigration: The role of identities, interests and information. *British Journal of Political Science*, v. 37, n. 3, p. 477–504, 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/S0007123407000257>.

SILVA, E. R.; FREGUGLIA, R; GONÇALVES, E. *Composição e determinantes da fuga de cérebros no mercado de trabalho formal brasileiro: uma análise de dados em painel para o período 1995-2006*. ENABER, May, p. 1–19, 2010. Disponível em:< <http://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/000-759b4316501c81e5d706a41bd0782cdf.pdf>>. Acesso em: 13. Jul. 2021.

SIMON, J. L. *The economic consequences of immigration*. Massachusetts: B. Blackwell, 1989.

SOUZA, V. S. As ideias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras. *História em Reflexão*, v. 6, n. 11, p. 9–13, 2012. Recuperado de: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/1877>.

TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A. M. DA C.; BAENINGER, R. Migrações Contemporâneas internas. In: *Migrações: implicações pasadas, presentes e futuras*. Marília: Cultura Acadêmica, 2012. p. 167–347. Recuperado de: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/migracoes2_ebook.pdf.

TEIXEIRA, L. B. O Brasil tem pouco imigrante *Uol*, 2018. Disponível em:< <https://www.uol/noticias/especiais/imigrantes-brasil-venezuelanos-refugiados-media-mundial.htm>>>. Acesso em 27. Jun. 2021.

VENÂNCIO, R. P. Presença portuguesa: de colonizadores a imigrantes. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2000.

WAINER, A. *Development and Migration In Rural Mexico*. Bread for the World Institute, v. 11, n. 1, p. 28–35, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-0319.1985.tb00102.x>.

WIKE, R.; STOKES, B.; SIMMONS, K. *Europeans Fear Wave of Refugees Will Mean Jobs More Terrorism, Fewer Jobs*. Pew Research Center, 2016. 45 p. Disponível em: < <https://www.pewresearch.org/global/2016/07/11/europeans-fear-wave-of-refugees-will-mean-more-terrorism-fewer-jobs/> >. Acesso em: 8. Ago. 2021.

WILCKEN, P. - *Império à Deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808- 1821*. São Paulo: Editora Objetivo, 2013.

YANG, P. Q. Changes in American Attitudes toward Immigrant-Native Job Competition. *Madridge Journal of Behavioral & Social Sciences*, v. 1, n. 1, p. 6–10, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.18689/mjbss-1000102>.

ZABOLOTSKY, B.; HOFF, N. Brexit , União Européia e a Securitização da Imigração : o papel do Think Tank britânico “ Civitas ” na construção discursiva do discurso anti-imigração e na campanha “ Vote Leave ”. *OIKOS*, v. 17, n. 1983, p. 30–43, 2018. Recuperado de: <http://www.revistaokos.org/seer/index.php/oikos/article/view/495>.

ZYLBERKAN, M. Rota dos haitianos no Brasil: os perigos no caminho. *Veja*, 2014. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/rota-dos-haitianos-para-o-brasil-os-perigos-no-caminho/>. Acesso em: 27. Jun. 2021.